

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	8
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	18
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	19

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	95
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	99
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	100
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	101

## Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2018
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
<b>Total</b>	<b>38.571</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

## Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2018	Dividendo	29/06/2018	Ordinária		0,23177
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2018	Dividendo	28/12/2018	Ordinária		0,23177
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2018	Dividendo	29/06/2018	Preferencial		0,25495
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2018	Dividendo	28/12/2018	Preferencial		0,25495

## DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.987.091	1.867.664
1.01	Ativo Circulante	41.408	55.714
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.950	25.048
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.180	2.055
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.180	2.055
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	22.278	28.611
1.01.08.03	Outros	22.278	28.611
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	22.234	28.592
1.01.08.03.03	Outros Créditos	44	19
1.02	Ativo Não Circulante	1.945.683	1.811.950
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	160.125	161.235
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	137.478	137.478
1.02.01.02.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.02.02	Outros Títulos	217	217
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	4.371	6.134
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	4.371	6.134
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	18.276	17.623
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	18.276	17.623
1.02.02	Investimentos	1.779.319	1.644.222
1.02.02.01	Participações Societárias	1.779.319	1.644.222
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	83.483	77.605
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.613.174	1.478.799
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	82.662	87.818
1.02.03	Imobilizado	39	41
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	39	41
1.02.04	Intangível	6.200	6.452
1.02.04.01	Intangíveis	6.200	6.452
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	6.200	6.452

## DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.987.091	1.867.664
2.01	Passivo Circulante	12.203	18.927
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	641	1.051
2.01.01.01	Obrigações Sociais	641	1.051
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	641	1.051
2.01.02	Fornecedores	1.284	1.292
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.284	1.292
2.01.03	Obrigações Fiscais	90	77
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	83	75
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	78	71
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	5	4
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7	2
2.01.05	Outras Obrigações	10.188	16.507
2.01.05.02	Outros	10.188	16.507
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.893	16.301
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	295	206
2.02	Passivo Não Circulante	6.569	6.499
2.02.04	Provisões	6.569	6.499
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.395	1.325
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	41	41
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	91	21
2.02.04.02	Outras Provisões	5.174	5.174
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	5.174	5.174
2.03	Patrimônio Líquido	1.968.319	1.842.238
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.174.901	1.189.031
2.03.04.01	Reserva Legal	147.943	147.943
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.026.958	1.037.930
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	3.158
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	141.852	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-688.750	-687.109

## DFs Individuais / Demonstração do Resultado

**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual	Acumulado do Atual Exercício	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
		01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	68.899	139.543	-99.835	-84
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.288	-13.775	-8.520	-14.376
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-562	-1.055	-498	-3.117
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	77.749	154.373	-90.817	17.409
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	68.899	139.543	-99.835	-84
3.06	Resultado Financeiro	318	668	393	2.298
3.06.01	Receitas Financeiras	333	697	413	2.327
3.06.02	Despesas Financeiras	-15	-29	-20	-29
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	69.217	140.211	-99.442	2.214
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	69.217	140.211	-99.442	2.214
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	69.217	140.211	-99.442	2.214
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,69330	3,43020	-2,43270	0,05420
3.99.01.02	PN	1,86270	3,77320	-2,67610	0,05960
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,69330	3,43020	-2,43270	0,05420
3.99.02.02	PN	1,86270	3,77320	-2,67610	0,05960

## DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual	Acumulado do Atual Exercício	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
		01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	69.217	140.211	-99.442	2.214
4.03	Resultado Abrangente do Período	69.217	140.211	-99.442	2.214

## DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-14.182	-11.583
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-13.062	-12.225
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	140.211	2.214
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	987	988
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-154.373	-17.409
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	43	-150
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	70	2.132
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.120	642
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	0	710
6.01.02.02	Outras Contas Ativos	-26	-44
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-653	20
6.01.02.04	Fornecedores	-8	246
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-410	2
6.01.02.06	Tributos a Recolher	13	-291
6.01.02.07	Outras Contas - Passivos	89	-1
6.01.02.08	Tributos a Recuperar	-125	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	13.824	8.547
6.02.04	Dividendos Recebidos	13.824	8.547
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.740	-3
6.03.02	Dividendos Pagos	-7.654	-3
6.03.03	Partes Relacionadas	-86	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.098	-3.039
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.048	17.986
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.950	14.947

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-11.077	0	-11.077
5.02.01	Adoção Inicial CPC 48	0	0	0	-11.077	0	-11.077
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.189.031	-11.077	-687.109	1.831.161
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.053	0	0	-3.053
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.158	0	0	-3.158
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	105	0	0	105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	141.852	-1.641	140.211
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	140.211	0	140.211
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.641	-1.641	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	1.641	-1.641	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.185.978	130.775	-688.750	1.968.319

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.030	-2.816	2.214
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.214	0	2.214
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	2.816	-2.816	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	2.816	-2.816	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.133.602	5.030	-400.891	2.078.057

## DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.194	-4.107
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.194	-4.107
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.194	-4.107
7.04	Retenções	-987	-988
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-987	-988
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.181	-5.095
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	155.070	19.736
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	154.373	17.409
7.06.02	Receitas Financeiras	697	2.327
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	151.889	14.641
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	151.889	14.641
7.08.01	Pessoal	11.242	12.065
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.056	11.594
7.08.01.02	Benefícios	41	128
7.08.01.03	F.G.T.S.	145	343
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	385	339
7.08.02.01	Federais	258	232
7.08.02.02	Estaduais	7	77
7.08.02.03	Municipais	120	30
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	51	23
7.08.03.02	Aluguéis	22	23
7.08.03.03	Outras	29	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	140.211	2.214
7.08.04.02	Dividendos	3.158	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	137.053	2.214

## DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	9.145.391	9.060.252
1.01	Ativo Circulante	3.850.166	3.872.617
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	300.232	564.594
1.01.03	Contas a Receber	1.355.331	1.399.563
1.01.03.01	Clientes	1.208.738	1.251.864
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	1.712.816	1.719.835
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-504.078	-467.971
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	146.593	147.699
1.01.04	Estoques	11.310	9.732
1.01.06	Tributos a Recuperar	124.894	75.831
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	124.894	75.831
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.058.399	1.822.897
1.01.08.03	Outros	2.058.399	1.822.897
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	4.321	9.045
1.01.08.03.04	Outros Créditos	242.547	250.663
1.01.08.03.05	Ativo Financeiro - Parcela A - CVA	262.601	0
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	31.303	30.277
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	1.517.627	1.532.912
1.02	Ativo Não Circulante	5.295.225	5.187.635
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.660.215	1.644.921
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	137.478	137.478
1.02.01.02.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.02.02	Outros Títulos	217	217
1.02.01.04	Contas a Receber	52.532	38.904
1.02.01.04.01	Clientes	50.738	35.380
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.794	3.524
1.02.01.07	Tributos Diferidos	637.849	641.806
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	637.849	641.806
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	4.859	6.622
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	4.371	6.134
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	488	488
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	827.497	820.111
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	27.323	19.440
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	185.595	161.430
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	367.052	397.355
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	247.527	241.886
1.02.02	Investimentos	225.214	216.481
1.02.02.01	Participações Societárias	225.214	216.481
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	142.552	128.663
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	82.662	87.818
1.02.03	Imobilizado	152.621	151.672
1.02.04	Intangível	3.257.175	3.174.561
1.02.04.01	Intangíveis	3.257.175	3.174.561
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.247.878	3.164.619
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	9.297	9.942

## DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	9.145.391	9.060.252
2.01	Passivo Circulante	4.452.316	4.486.667
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	176.938	200.623
2.01.01.01	Obrigações Sociais	176.938	200.623
2.01.02	Fornecedores	887.137	831.582
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	887.137	831.582
2.01.03	Obrigações Fiscais	256.833	208.823
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	131.841	74.108
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	82.954	19.832
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	45.446	44.574
2.01.03.01.03	Outros	3.441	9.702
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	123.110	132.472
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.882	2.243
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	434.455	340.390
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	324.354	88.057
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	324.354	88.057
2.01.04.02	Debêntures	110.101	252.333
2.01.05	Outras Obrigações	2.558.630	2.765.944
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.729	19.732
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	13.729	19.732
2.01.05.02	Outros	2.544.901	2.746.212
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.893	16.301
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	2.485.493	2.677.615
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro - Parcela A - CVA	0	4.638
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	49.515	47.658
2.01.06	Provisões	138.323	139.305
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	138.323	139.305
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	138.323	139.305
2.02	Passivo Não Circulante	2.724.756	2.731.347
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	170.682	142.292
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	31.425	42.409
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	31.425	42.409
2.02.01.02	Debêntures	139.257	99.883
2.02.02	Outras Obrigações	200.229	221.835
2.02.02.02	Outros	200.229	221.835
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.603	41.060
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	146.903	156.610
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.476	2.476
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro - Parcela A - CVA	24.247	21.689
2.02.03	Tributos Diferidos	13.123	9.613
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.123	9.613
2.02.04	Provisões	2.340.722	2.357.607
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.976.773	1.996.750
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	64.307	59.791
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	66.907	64.095
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.688.901	1.738.673

## DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	156.658	134.191
2.02.04.02	Outras Provisões	363.949	360.857
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	361.866	358.700
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	2.083	2.157
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.968.319	1.842.238
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.174.901	1.189.031
2.03.04.01	Reserva Legal	147.943	147.943
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.026.958	1.037.930
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	3.158
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	141.852	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-688.750	-687.109

## DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual	Acumulado do Atual Exercício	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
		01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.981.099	3.751.956	1.647.307	3.183.069
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	1.590.234	3.270.480	1.384.297	3.034.542
3.01.02	Receita de Construção	102.251	196.689	98.057	192.038
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	286.882	282.459	164.779	-44.438
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	1.732	2.328	174	927
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.723.182	-3.256.821	-1.482.641	-2.750.639
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.467.014	-2.748.980	-1.222.378	-2.240.384
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-3.689	-6.904	-6.349	-12.238
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-150.228	-304.248	-155.857	-305.979
3.02.04	Custo de Construção - CPC 17	-102.251	-196.689	-98.057	-192.038
3.03	Resultado Bruto	257.917	495.135	164.666	432.430
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-111.705	-210.233	-139.717	-246.519
3.04.01	Despesas com Vendas	-55.267	-106.412	-64.344	-108.713
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-73.938	-149.180	-92.470	-170.819
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-23.309	0	14.689	27.543
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	38.311	38.311	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.498	7.048	2.408	5.470
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	146.212	284.902	24.949	185.911
3.06	Resultado Financeiro	-31.024	-50.823	-136.623	-132.006
3.06.01	Receitas Financeiras	41.673	82.058	103.234	171.991
3.06.02	Despesas Financeiras	-72.697	-132.881	-239.857	-303.997
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	115.188	234.079	-111.674	53.905
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-45.971	-93.868	12.232	-51.691
3.08.01	Corrente	-34.940	-80.694	13.782	-11.766
3.08.02	Diferido	-11.031	-13.174	-1.550	-39.925
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	69.217	140.211	-99.442	2.214
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	69.217	140.211	-99.442	2.214
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	69.217	140.211	-99.442	2.214

## DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual	Acumulado do Atual Exercício	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
		01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,69330	3,43020	-2,43280	0,05420
3.99.01.02	PN	1,86270	3,77320	-2,67600	0,05960
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,69330	3,43020	-2,43280	0,05420
3.99.02.02	PN	1,86270	3,77320	-2,67610	0,05960

## DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
				01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	69.217	140.211	-99.442	2.214
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	69.217	140.211	-99.442	2.214
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	69.217	140.211	-99.442	2.214

## DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-155.203	598.825
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	347.619	200.826
6.01.01.01	Resultado antes do IR e CSLL	234.079	53.905
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	106.838	108.121
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-7.048	-5.470
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-22.574	-18.111
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	44.061	65.812
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-74.364	-71.690
6.01.01.09	Juros Pagos	-22.543	-47.607
6.01.01.11	Provisão para Passivo Atuarial	14.807	35.083
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	32.887	31.510
6.01.01.13	Provisão/Reversão para perdas de ativos	0	52
6.01.01.14	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	23.592	21.339
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-2.328	-928
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	19.952	28.342
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	260	468
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-502.822	397.999
6.01.02.02	Ativos Financeiros - (CVA, Bonificação de Outorga)	-206.155	14.281
6.01.02.03	Contas a Receber	-7.234	6.106
6.01.02.04	Subsídio Decreto nº 7.891/2013	15.285	-271.640
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-56.946	4.649
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-24.165	-31.828
6.01.02.07	Estoques	-1.578	2.381
6.01.02.10	Outras Contas - Ativo	53.862	-26.606
6.01.02.14	Fornecedores	55.555	-5.372
6.01.02.15	Tributos a recolher	41.680	82.020
6.01.02.16	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-38.142	-25.786
6.01.02.17	Taxas Regulamentares	-201.698	577.540
6.01.02.18	Passivo Financeiro - "Parcela A" - CVA	-42.619	148.357
6.01.02.19	Passivo Atuarial	-86.520	-75.477
6.01.02.20	Outras Contas - Passivo	-4.147	-626
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-223.358	-200.546
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado/Intangível	-225.664	-203.184
6.02.03	Aumento (Redução) de Capital Investidas	-7.558	-2.667
6.02.05	Dividendos Recebidos	9.864	5.305
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	114.199	-200.701
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-75.665	-100.708
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	300.000	0
6.03.05	Pagamento de Dividendos	-7.654	-3
6.03.06	Ingresso de Debêntures	147.509	0
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-249.991	-99.990
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-264.362	197.578
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	564.594	917.464
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	300.232	1.115.042

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238	0	1.842.238
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-11.077	0	-11.077	0	-11.077
5.02.01	Adoção Inicial CPC 48	0	0	0	-11.077	0	-11.077	0	-11.077
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.189.031	-11.077	-687.109	1.831.161	0	1.831.161
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.053	0	0	-3.053	0	-3.053
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.158	0	0	-3.158	0	-3.158
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	105	0	0	105	0	105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	141.852	-1.641	140.211	0	140.211
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	140.211	0	140.211	0	140.211
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.641	-1.641	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	1.641	-1.641	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.185.978	130.775	-688.750	1.968.319	0	1.968.319

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843	0	2.075.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843	0	2.075.843
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.030	-2.816	2.214	0	2.214
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.214	0	2.214	0	2.214
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	2.816	-2.816	0	0	0
5.05.03.02	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	2.816	-2.816	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.133.602	5.030	-400.891	2.078.057	0	2.078.057

## DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	6.142.226	5.323.346
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.906.832	5.111.900
7.01.02	Outras Receitas	58.657	47.751
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	196.689	192.038
7.01.04	Provisão/Reversão de Crêds. Liquidação Duvidosa	-19.952	-28.343
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.093.177	-2.567.098
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.793.737	-2.291.198
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-102.751	-83.862
7.02.04	Outros	-196.689	-192.038
7.02.04.01	Custos refs. a Construção de Ativos Próprios	-196.689	-192.038
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.049.049	2.756.248
7.04	Retenções	-106.838	-108.121
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-106.838	-108.121
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.942.211	2.648.127
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	89.106	177.461
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.048	5.470
7.06.02	Receitas Financeiras	82.058	171.991
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.031.317	2.825.588
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.031.317	2.825.588
7.08.01	Pessoal	296.753	334.188
7.08.01.01	Remuneração Direta	273.848	294.082
7.08.01.02	Benefícios	16.523	32.920
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.382	7.186
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.451.719	2.176.639
7.08.02.01	Federais	1.406.620	1.210.899
7.08.02.02	Estaduais	1.041.392	962.588
7.08.02.03	Municipais	3.707	3.152
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	142.634	312.547
7.08.03.01	Juros	13.677	27.571
7.08.03.02	Aluguéis	9.753	8.550
7.08.03.03	Outras	119.204	276.426
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais	16.993	6.817
7.08.03.03.03	Outras Despesas de Financiamentos	102.211	269.609
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	140.211	2.214
7.08.04.02	Dividendos	3.158	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	137.053	2.214



## 1. INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no primeiro semestre de 2018 chegaram a R\$223.154 ante R\$211.310 em 2017, sendo 5,61% superior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Do total investido, o maior volume de R\$212.183 foram destinados à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R\$177.476 foram com recursos próprios (sendo R\$143.605 em materiais e serviços, R\$33.871 em mão de obra própria) e R\$34.707 foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 414, da ANEEL, de 09 de setembro de 2010.

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio, R\$1.308 se refere à automação da Usina Garcia, R\$1.440 na substituição do conduto de madeira da Usina Cedros e R\$251 na automação em andamento das usinas Rio do Peixe, São Lourenço e Piraí.

Em relação aos investimentos em SPEs, foram investidos R\$3.283 na construção da Usina Garça Branca, R\$2.275 em aumento de capital na SPE Rondinha Energética e R\$1.800 em investimentos na EDP Transmissão Aliança SC.

Investimento	30 de junho 2018		30 de junho 2017		Análise Horizontal
	R\$	%	R\$	%	
<b>Distribuição de Energia Elétrica</b>	<b>212.183</b>	<b>95,08%</b>	<b>205.311</b>	<b>97,16%</b>	<b>3,35%</b>
Recursos Próprios	177.476	-	177.124	-	-
Participação Financeira do Consumidor	34.707	-	28.187	-	-
<b>Geração de Energia Elétrica</b>	<b>10.971</b>	<b>4,92%</b>	<b>5.999</b>	<b>2,84%</b>	<b>82,88%</b>
Participações Societárias	7.558	-	2.667	-	-
Parque Gerador Próprio	3.413	-	3.332	-	-
<b>Total</b>	<b>223.154</b>	<b>100%</b>	<b>211.310</b>	<b>100%</b>	<b>5,61%</b>

Fonte: DEF/DPCO

## 2. MERCADO ACIONÁRIO

O Índice BOVESPA fechou o 2º trimestre de 2018 com desvalorização de 14,76%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou redução de 4,31% no mesmo período. As Ações Preferenciais – PN da Companhia apresentaram valorização de 8,99% no segundo trimestre de 2018.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 30 de junho de 2018 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

## Comentário do Desempenho



	Fechamento 30 junho 2018	Desempenho *	
		2º TRI 2018	Variação % Em 12 meses
Celesc PN	R\$ 28,50	8,99%	61,11%
Celesc ON	R\$ 36,00	3,96%	30,53%
IBOVESPA	72.763	-14,76%	15,68%
IEE	38.562	-6,96%	1,22%

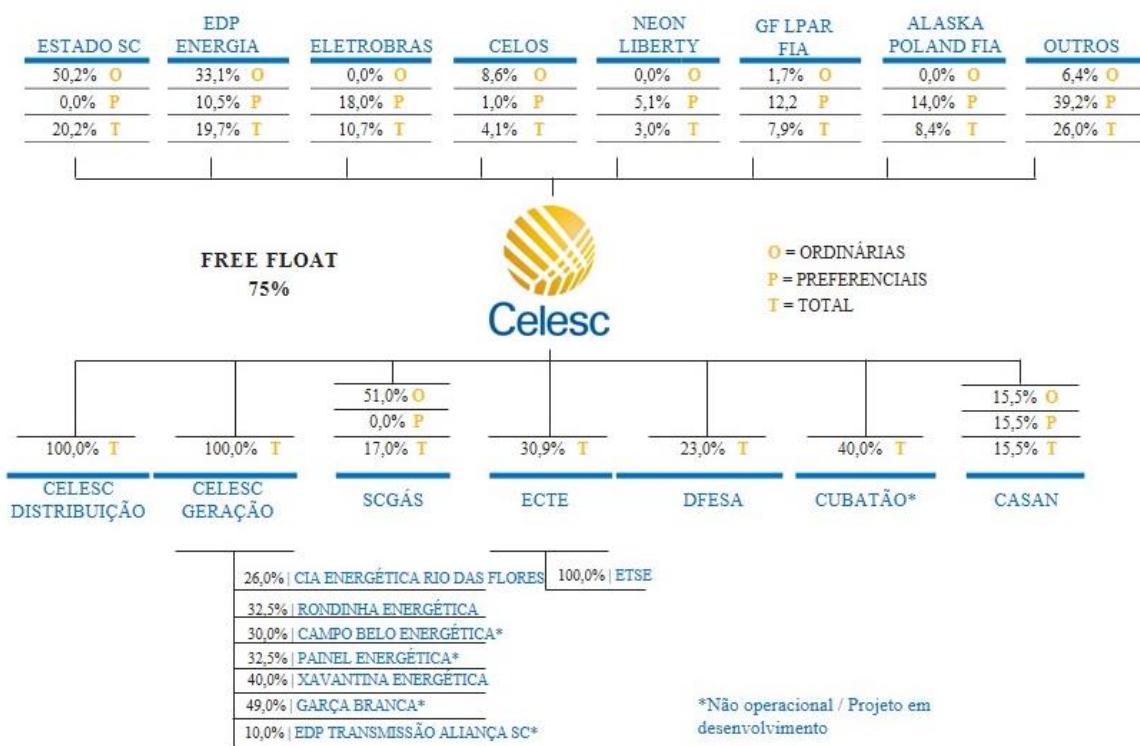
Fonte: DEF/DPRI

\*Variações percentuais com ajuste a proventos

### 3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 30 de junho de 2018, conforme demonstrado no quadro anterior, são: R\$36,00 (trinta e seis reais) para cada Ação Ordinária – ON (CLSC3) e R\$28,50 (vinte e seis reais e cinquenta centavos) para cada Ação Preferencial – PN (CLSC4).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das Ações Ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária, em 30 de junho de 2018 está apresentada no gráfico a seguir:



Fonte: DEF/DPRI

## Comentário do Desempenho



### 4. RECURSOS HUMANOS

O grupo Celesc encerrou o segundo trimestre de 2018, com um quadro funcional de 3.078 empregados. O total de empregados representa um decréscimo de 7,23% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.318 empregados).

### 5. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

O Lucro Líquido acumulado no trimestre findo em 30 de junho de 2018 apresentado pela Companhia foi de R\$140.211, que representa um aumento significativo de 6.232,93%, se comparado ao mesmo período de 2017 (Lucro Líquido de R\$2.214).

Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Companhia em 30 de junho de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Dados Econômico-Financeiros	30 de junho 2018	30 de junho 2017 (Reapresentado)	AH
Receita Operacional Bruta – ROB	6.105.849	5.304.865	15,10%
Receita Operacional Líquida – ROL	3.751.956	3.183.069	17,87%
Resultado das Atividades	284.902	185.911	-53,25%
EBITDA	391.740	294.032	33,23%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	10,44%	9,24%	1,20 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	3,74%	0,07%	3,67 p.p.
Resultado Financeiro	(50.823)	(132.006)	-61,50%
Ativo Total	9.145.391	9.155.483	-0,11%
Imobilizado	152.621	154.870	-1,45%
Patrimônio Líquido	1.968.319	7.077.426	-72,19%
Lucro/Prejuízo Líquido	140.211	2.214	6.232,93%

Fonte: DEF/DPCO

O Grupo encerrou 30 de junho de 2018 com Receita Operacional Bruta – ROB acumulada de R\$6.105.849 com aumento de 15,10% em relação a 2017 num valor de R\$5.304.865.

A Receita Operacional Líquida – ROL aumentou 17,87%, fechando o segundo trimestre de 2018 em R\$3.751.956 em relação ao mesmo período de 2017 no valor de R\$3.183.069.

O resultado acumulado no segundo trimestre de 2018 foi impactado pelo bom desempenho da subsidiária Celesc D, que destaca o reajuste tarifário médio de 7,85% aplicado em agosto de 2017, aos seus consumidores; um crescimento de 2,9% no consumo total de energia elétrica distribuída em relação ao mesmo período de 2017 e redução de 5,0% dos gastos gerenciáveis.

## Comentário do Desempenho



O EBITDA ajustado, do segundo trimestre de 2018, atingiu o valor de R\$391.740, ficando 33,23% superior em relação a 2017 (R\$294.032) e a Margem do EBITDA passou de 9,24% no segundo trimestre de 2017 para 10,44% em 2018.

A movimentação do Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA - R\$ MIL	30 de junho 2018	30 de junho 2017
Lucro/Prejuízo Líquido	140.211	2.214
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	93.868	51.691
Resultado Financeiro	50.823	132.006
Depreciação e Amortização	106.838	108.121
<b>EBITDA</b>	<b>391.740</b>	<b>294.032</b>

Fonte: DEF/DPCO

## 6. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 30 de junho 2018			
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00
EDP Energias do Brasil S.A. (i)	5.140.868	33,11	2.427.820	10,54
Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00
Geração LPar Fundo de Investimento	257.600	1,66	2.811.000	12,20
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.226.600	14,00
Neon Liberty Capital Management LLC	-	0,00	1.173.300	5,09
Outros	992.952	6,39	9.031.969	39,19
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>40,26</b>	<b>23.044.454</b>	<b>59,74</b>
				<b>38.571.591</b>
				<b>100,00</b>

Capital Social: R\$1.340.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

\*Companhia de Capital Aberto

Fonte: DEF/DPRI

### (i) Aquisição de Participação Acionária pela Energias do Brasil S.A. – EDP

A Energias do Brasil S.A. – EDP adquiriu da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, acionista exclusiva do Angra Partners Volt FIA, 33,1% das ações ordinárias equivalentes a 5.140.868 ações ON, e 1,9% das ações preferenciais equivalentes a 437.807 ações PN, representando, em conjunto, 14,5% do total de ações de emissão da Companhia. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, sendo concluída em 21 de março de 2018.

## Comentário do Desempenho



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

No leilão da OPA realizado em 26 de abril de 2018, do Segmento da B3, foram adquiridas 1.990.013 ações PN.

Após a liquidação das compras realizadas no leilão, ocorrida em 02 de maio de 2018, a EDP passou a deter 2.427.820 ações PN, que somadas a 5.140.868 ações ON, representam 19,62% do capital social da Celesc.

## 7. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Os investidores estrangeiros encerraram o segundo trimestre de 2018 representando 9,82% do Capital Social total da Companhia, detendo um volume de 3.789.058 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	3.789.058	9,82
Investidores Nacionais	34.782.533	90,18
<b>Total</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00</b>

Fonte: DEF/DPRI

## 8. AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.329	1,02%	9.463.989	24,54%
Conselho de Administração	-	-	2	0,00%	2	0,00%
Diretoria Executiva	-	-	22	0,00%	22	0,00%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.103	98,98%	29.107.578	75,46%
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>100,00%</b>	<b>23.044.454</b>	<b>100,00%</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00%</b>
<b>Ações em Circulação</b>	<b>6.297.477</b>	<b>40,56%</b>	<b>22.810.103</b>	<b>98,98%</b>	<b>29.107.580</b>	<b>75,46%</b>

Fonte: DEF/DPRI

## 9. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.810.147	98,98%	29.107.624	75,46%

Fonte: DEF/DPRI

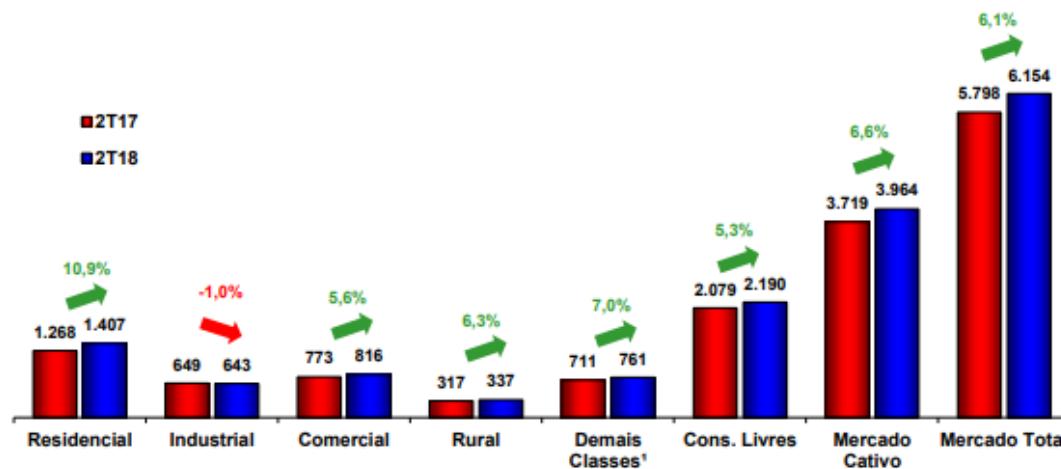
## Comentário do Desempenho



### 10. BALANÇO ENERGÉTICO

O Mercado Faturado Cativo da Celesc Distribuição apresentou crescimento de 6,6% no segundo trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 3.964 GWh. Com relação ao Mercado Total, incluindo consumidores livres, o aumento no consumo de energia elétrica foi de 6,1%, atingindo 6.154 GWh.

No Gráfico a seguir podem ser observados os valores de consumo de cada classe no Mercado Cativo, como também o do Mercado Total.



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes<sup>1</sup> = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda. Não considera Consumo Próprio.

A base baixa do ano anterior contribuiu para o alto crescimento no último trimestre. Outro fator de destaque, principalmente na classe residencial, é a temperatura. Tanto o clima mais quente de meados de abril, como as frentes frias de junho, contribuíram para o aumento de consumo na classe.

## Comentário do Desempenho



### 11. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição	2018		2017		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	2º Trim	Acumulado	2º Trim	Acumulado	2º Trim	Acum	2º Trim	Acum	2º Trim	Acum
					2018	2018	2017	2017	18-17	18-17
<b>Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil</b>										
Residencial	855.150	1.808.197	689.430	1.667.234	38,0%	39,0%	36,5%	39,1%	24,0%	8,5%
Industrial	463.152	900.924	415.938	843.584	20,6%	19,4%	22,0%	19,8%	11,4%	6,8%
Comercial	544.608	1.133.318	459.625	1.050.095	24,2%	24,4%	24,3%	24,6%	18,5%	7,9%
Rural	135.239	295.137	117.298	266.068	6,0%	6,4%	6,2%	6,2%	15,3%	10,9%
Poder Público	72.571	141.129	58.188	125.273	3,2%	3,0%	3,1%	2,9%	24,7%	12,7%
Iluminação Pública	60.639	121.193	54.488	109.269	2,7%	2,6%	2,9%	2,6%	11,3%	10,9%
Serviço Público	46.702	93.662	40.245	84.600	2,1%	2,0%	2,1%	2,0%	16,0%	10,7%
<b>Subtotal</b>	<b>2.178.061</b>	<b>4.493.561</b>	<b>1.835.213</b>	<b>4.146.122</b>	<b>96,7%</b>	<b>96,8%</b>	<b>97,1%</b>	<b>97,2%</b>	<b>18,7%</b>	<b>8,4%</b>
Suprimento	73.978	148.793	55.001	117.284	3,3%	3,2%	2,9%	2,8%	34,5%	26,9%
<b>TOTAL</b>	<b>2.252.039</b>	<b>4.642.354</b>	<b>1.890.213</b>	<b>4.263.406</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>19,1%</b>	<b>8,9%</b>
<b>Consumo por Classe em MWh</b>										
Residencial	1.406.946	2.994.773	1.268.211	2.959.086	35,5%	36,4%	34,1%	36,3%	10,9%	1,2%
Industrial	643.005	1.258.884	649.317	1.296.971	16,2%	15,3%	17,5%	15,9%	-1,0%	-2,9%
Comercial	816.355	1.718.601	773.347	1.736.797	20,6%	20,9%	20,8%	21,3%	5,6%	-1,0%
Rural	337.238	734.395	317.294	707.355	8,5%	8,9%	8,5%	8,7%	6,3%	3,8%
Poder Público	115.716	229.208	105.946	223.437	2,9%	2,8%	2,8%	2,7%	9,2%	2,6%
Iluminação Pública	161.641	325.839	154.555	312.844	4,1%	4,0%	4,2%	3,8%	4,6%	4,2%
Serviço Público	90.272	182.337	85.643	176.948	2,3%	2,2%	2,3%	2,2%	5,4%	3,0%
<b>Subtotal</b>	<b>3.571.174</b>	<b>7.444.036</b>	<b>3.354.313</b>	<b>7.413.438</b>	<b>90,1%</b>	<b>90,5%</b>	<b>90,2%</b>	<b>90,8%</b>	<b>6,5%</b>	<b>0,4%</b>
Suprimento	393.216	778.775	364.939	748.056	9,9%	9,5%	9,8%	9,2%	7,7%	4,1%
<b>TOTAL</b>	<b>3.964.390</b>	<b>8.222.811</b>	<b>3.719.252</b>	<b>8.161.494</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>6,6%</b>	<b>0,8%</b>
<b>Preço Médio Unitário do MWh em R\$</b>										
Residencial	607,81	603,78	543,62	563,43	107,0%	106,9%	107,0%	107,9%	11,8%	7,2%
Industrial	720,29	715,65	640,58	650,43	126,8%	126,8%	126,0%	124,5%	12,4%	10,0%
Comercial	667,12	659,44	594,33	604,62	117,4%	116,8%	116,9%	115,7%	12,2%	9,1%
Rural	401,02	401,88	369,68	376,14	70,6%	71,2%	72,7%	72,0%	8,5%	6,8%
Poder Público	627,15	615,73	549,22	560,66	110,4%	109,1%	108,1%	107,3%	14,2%	9,8%
Iluminação Pública	375,14	371,94	352,55	349,28	66,0%	65,9%	69,4%	66,9%	6,4%	6,5%
Serviço Público	517,34	513,68	469,92	478,11	91,1%	91,0%	92,5%	91,5%	10,1%	7,4%
<b>Subtotal</b>	<b>609,90</b>	<b>603,65</b>	<b>547,12</b>	<b>559,27</b>	<b>107,4%</b>	<b>106,9%</b>	<b>107,7%</b>	<b>107,1%</b>	<b>11,5%</b>	<b>7,9%</b>
Suprimento	188,14	191,06	150,71	156,78	33,1%	33,8%	29,7%	30,0%	24,8%	21,9%
<b>TOTAL</b>	<b>568,07</b>	<b>564,57</b>	<b>508,22</b>	<b>522,38</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>11,8%</b>	<b>8,1%</b>

Fonte: DCL

### 12. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a

## Comentário do Desempenho



**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

## 13. AUDTORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM /SNC/SEP nº 01, de 25 de fevereiro de 2005, a Companhia informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 14 de maio de 2018.

**A Administração**

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada em 09 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital Total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas e coligadas têm como atividades preponderantes a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, sua controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

O capital circulante líquido no final do período do segundo trimestre de 2018 encontra-se negativo em R\$602.105, devido ao pagamento da 2ª parcela anual da amortização das Debêntures da Celesc D no valor de R\$100,0 milhões e das parcelas mensais do Subsídio Decreto nº 7.891/2013 da CDE. Além disso, a Celesc D contratou R\$300,0 milhões para capital de giro, sendo R\$150,0 milhões junto ao Banco do Brasil e R\$150,0 milhões junto ao Banco Safra, ambos por meio da Linha de Crédito Agroindustrial, com taxas de juros mais baixas e com duração de 12 meses, para fazer frente aos aumentos de custo de energia atrelados as oscilações de valores da GSF e PLD de energia.

## 2. PERFIL EMPRESARIAL

### 2.1. Subsidiárias Integrais Consolidadas

#### 2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

Em 09 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos até 07 de julho de 2045.

A Celesc atua, total ou parcialmente, na distribuição de energia elétrica para 287 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná, totalizando a prestação de serviços para uma carteira formada por mais de 2,9 milhões de clientes faturados.

#### 2.1.1.1. Ambiente Regulatório

##### a) Reajuste Tarifário Anual de 2017

O Reajuste Tarifário da Celesc D, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2017 resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da ordem de 7,85%, composto pelo Índice de Reajuste Tarifário – IRT de 3,80% (efeito econômico resultante da atualização dos custos de Parcela A e B), do componente financeiro de 2,83% no processo atual e do efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no processo ordinário anterior, de 1,22%. Na composição do IRT para o período 2017-2018 a Parcela A (custos não-gerenciáveis) sofreu variação de 3,67% em relação aos custos que foram acrescidos na RTE mediante componente financeiro e a Parcela B (custos gerenciáveis) apresentou variação de 0,13%.

### b) Bandeiras Tarifárias

Os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes para 2018 são:

- i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- ii) Bandeira Amarela: R\$10,00/Mwh;
- iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R\$30,00/Mwh;
- iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R\$50,00/Mwh.

Segundo a ANEEL, a proposta relativa à métrica de acionamento leva em conta a definição de custo do risco hidrológico, onde há relação indireta entre a profundidade do déficit de geração hidráulica (GSF) e o preço da energia elétrica de curto prazo (PLD). A composição dessas duas variáveis, em sistemática de gatilho, faz com que a arrecadação prevista, com os valores propostos, se aproxime mais dos custos incorridos.

O acionamento das bandeiras e os valores mensais da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D, assim como os valores repassados da Celesc D à CCRBT para fins da Liquidação das Operações do Mercado de Curto Prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no primeiro semestre de 2018 foram:

Mês	Bandeira	Repasso da CCRBT à Celesc D (R\$ mil)	Repasso da Celesc D à CCRBT (R\$ mil)
Janeiro	Verde	-	-
Fevereiro	Verde	-	1.627
Março	Verde	1.905	-
Abril	Verde	1.868	-
Maio	Amarela	2.458	-
Junho	Vermelha – Patamar 2	5.688	-

Fonte: DEF/DPCO e DRJ/DPRA

### c) Exposição Contratual 2014 – Despachos ANEEL n°s 2.642/2015 e 2.078/2016

A Celesc D ingressou com Ação Judicial em face da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, objetivando questionar o Despacho nº 2.078/16, a fim de obter o reconhecimento integral de exposições contratuais como involuntárias ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R\$256,6 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a



homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica que ocorreria até 22 de agosto de 2016.

Após o ingresso da ação judicial, obteve-se a concessão de liminar para afastamento da aplicação do redutor tarifário mencionado, decisão esta atendida pela ANEEL quando da homologação da Revisão Tarifária, sendo que no momento a Empresa permanece discutindo o mérito da ação em juízo, buscando o reconhecimento integral da exposição contratual como involuntária e, assim, eliminando qualquer redutor tarifário, bem como a aplicação de penalidades pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

### **2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G**

A Celesc G é a subsidiária integral da Celesc, que responde pela operação, manutenção, expansão e comercialização do parque gerador da Companhia, atualmente formado por uma Pequena Central Hidrelétrica – PCH, sete Usinas Hidrelétricas – UHEs e quatro Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs de propriedade integral da Celesc G. Além disso, possui investimentos em parceria com investidores privados, sendo seis geradoras desenvolvidas no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE e uma transmissora.

O parque de geração própria possui 106,97MW de potência instalada, conforme quadro a seguir.

**Tabela 1 – Parque Gerador Próprio – Usinas 100% Celesc G**

Geradora	Localidade	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Data de Vencimento da Concessão
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	24,60	16,7	07/11/2046
UHE Bracinho	Schroeder/SC	15,00	8,8	07/11/2046
UHE Garcia	Angelina/SC	8,92	7,1	05/01/2046
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	6,75	07/11/2046
UHE Salto	Blumenau/SC	6,28	3,99	07/11/2046
UHE Pery	Curitibanos/SC	30,00	14,08	09/07/2047
UHE Caveiras	Lages/SC	3,83	2,77	10/07/2018 (i)
PCH Celso Ramos	Faxinal do Guedes/SC	5,62	3,8	17/03/2035
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	2,60	2,03	(ii)
CGH Piraí	Joinville/SC	0,78	0,45	(ii)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	0,42	0,22	(ii)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	0,52	0,5	(ii)
<b>Total</b>		<b>106,97</b>	<b>67,19</b>	

Fonte: DGT/ADGT

(i) Ao término da atual concessão a UHE Caveiras se tornará CGH. Já foram iniciados os procedimentos para registro da usina perante a ANEEL, sendo mantida sua titularidade pela Celesc G, sem prazo de concessão definido. Em paralelo já foi protocolado na ANEEL requerimento para a realização de estudos de inventário para o trecho do rio onde se encontra instalada a usina CGH Caveiras, com vistas a promover a ampliação da sua capacidade instalada.

(ii) As Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs, com potência inferior a 5MW, estão dispensadas do ato de concessão, não possuindo, portanto, data de vencimento.

Outros projetos estão em fase de revisão para ampliação e reativação de usinas de propriedade integral conforme quadro a seguir:

**Tabela 2 - Projetos de Expansão da Geração – Parque Próprio Celesc G**

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Acréscimo de Potência (MW)	Propriedade	Potência Final (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Investimentos em Ampliação na PCH Celso Ramos	5,62	7,20	100%	12,82	17/03/2035
Investimentos na Reativação na CGH Maruim	0,00	1,40	100%	1,40	-
Investimentos em Ampliação na UHE Salto	6,28	23,00	100%	29,28	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Cedros (1 e 2) (i)	8,40	4,60	100%	13,00	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Palmeiras (i)	24,60	0,75	100%	25,35	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Caveiras (i)	3,83	10,00	100%	13,83	(ii)
<b>Total</b>	<b>48,73</b>	<b>46,95</b>		<b>95,68</b>	

Fonte: DGT/ADGT

- (i) Dependrá do Estudo de Inventário do Trecho do Rio e da Outorga de Autorização.  
(ii) Ao término da atual concessão a UHE Caveiras se tornará CGH.

Quanto à garantia física (nova ou incremental), a companhia busca obter em média 55% de fator de capacidade da usina total após ampliação, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares.

O parque de geração, já em operação, em parceria com investidores privados no formato de Sociedades de Propósito Específico – SPE, possui 25,28MW. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 8,05MW de potência instalada, conforme quadro adiante.

**Tabela 3 – Novos Empreendimentos em Operação – Participação Minoritária**

Usinas	Localização	Prazo de Concessão	Potência Instalada (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)
PCH Prata	Bandeirante/SC	13/05/2039	3,00	26,07%	0,78
PCH Belmonte	Belmonte/SC	13/05/2039	3,60	26,07%	0,94
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	13/05/2039	3,00	26,07%	0,78
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	14/10/2040	9,60	32,50%	3,12
PCH Xavantina	Xanxeré/SC	08/04/2040	6,08	40,00%	2,43
<b>Total - MW</b>			<b>25,28</b>		<b>8,05</b>

Fonte: DGT/ADGT

A Celesc G possui participação societária em outros três empreendimentos, ainda em estágio de desenvolvimento, totalizando 25,65MW de potência instalada. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 9,17MW de potência instalada proporcional, conforme quadro a seguir:

**Tabela 4 – Novos Empreendimentos em Desenvolvimento – Participação Minoritária**

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Data de Vencimento da Concessão
PCH Garça Branca	6,50	3,40	49,00%	3,19	1,67	05/03/2043
PCH Campo Belo	9,95	4,31	30,00%	2,99	1,29	13/05/2044
PCH Painel	9,20	4,80	32,50%	2,99	1,56	05/03/2043
<b>Total</b>	<b>25,65</b>	<b>12,51</b>		<b>9,17</b>	<b>4,52</b>	

Fonte: DGT/ADGT

Fato superveniente ao término do trimestre em apresentação, a PCH Garça Branca entrou em operação comercial em julho.

A SPE EDP Transmissão Aliança SC é formada pela Celesc G (10%) e pela EDP Energias do Brasil (90%), para a construção de cinco trechos de Linhas de Transmissão: três trechos de 525kV (Campos Novos – Abdon Batista; Abdon Batista – Siderópolis 2, e Biguaçu – Siderópolis 2); dois trechos de Linhas de Transmissão de 230kV (Siderópolis 2 – Forquilhinha; e Siderópolis 2 – Siderópolis); além da subestação 525kV/230kV – Siderópolis 2.

Em 09 de abril, foi protocolado no Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA-SC) o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (“EIA-RIMA”). Em 15 de junho, foi emitida pelo IPHAN, a Portaria Nº 35, aprovando o Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área de Implantação do Empreendimento. O Projeto Básico Ambiental – PBA foi encaminhado ao IMA-SC e a Licença de Instalação, requerida em 05 de julho, está sujeita à aprovação. A entrada em operação comercial estabelecida pela ANEEL é agosto de 2022 e os requerimentos das Licenças Prévias antes do prazo previsto favorecem o início da Licença de Instalação e, consequentemente, o início das obras antecipadas para construção dos projetos.

A tabela a seguir resume as principais informações do empreendimento:

**Tabela 5 – Novos Empreendimentos em Desenvolvimento em Transmissão – Participação Minoritária**

Transmissora	Localização	Termo Final da Concessão	Km Linha	Subestações	Data limite para entrada em operação	Status
EDP Transmissão Aliança SC	Santa Catarina	11/08/2047	433	1	11/08/2022	Licenciamentos

Fonte: DGT/ADGT

### **2.1.2.1. Ambiente Regulatório**

#### **a) Concessões Prorrogadas**

Com relação à concessão da PCH Celso Ramos, com o projeto de ampliação da ordem de 7,2MW (5,4MW para 12,6MW) aprovado pelo Órgão Regulador, a Celesc G obteve por meio da Resolução Autorizativa ANELL nº 5.078/2015, a autorização para a realização das obras de ampliação, bem como, a prorrogação antecipada da concessão por 20 anos. O prazo para as obras de ampliação da usina encerra-se no ano de 2021.

#### **b) Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF**

A Celesc G, assim como a maioria das geradoras no País, busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do *Generation Scaling Factor – GSF*, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural. O *GSF* representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas



hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas das usinas.

Desde agosto de 2015, a Empresa detém liminar que determina à CCEE limitar a incidência do GSF ao percentual máximo de 5% do total da Garantia Física, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste GSF ou provenientes de outros processos judiciais. Buscando assegurar posicionamento adequado perante a questão, mantém monitoramento permanente sobre o andamento do processo e acompanha as movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

## **2.2. Demais Participações**

### **2.2.1. Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS**

A Celesc detém 51% das ações ordinárias e 17% do capital social total da controlada em conjunto SCGÁS, empresa responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc; Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda – Mitsui Gás e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás.

A SCGÁS detém Contrato de Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

Destaque-se que, em 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina – PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc, entrou com ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento contra a SCGÁS, Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda e Infragás S.A., questionando alteração no Capital Social e o Acordo de Acionistas de 1994, obtendo liminar favorável em juízo de 1º grau. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar em 2ª instância, apresentando os recursos judiciais cabíveis. O TJSC, através de acórdão da 3ª Câmara de Direito Público decidiu em 24 de abril de 2018, dar provimento aos recursos de Gaspetro, Mitsui e SCGÁS, reformando a sentença favorável ao Estado de Santa Catarina e a Celesc considerando legais as alterações estatutárias e acordo de acionista. Desta decisão o ESC interpôs Embargos de Declaração ainda não julgado pela Corte.

### **2.2.2. Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE**

A coligada ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

A ECTE detém a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 1º de novembro de 2000, para implantação, manutenção e operação da Linha de Transmissão de 525kV de tensão, com 252,5 km de extensão de linhas, entre as subestações de Campos Novos e Blumenau, no estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 30,88% de participação no Capital Social da ECTE, Alupar, com 50%, e a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA, com 19%.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL, é de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, autorizado pelo Ministério de Minas e Energia – MME. A ECTE possui um subsidiária, a Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE, cujo Contrato de Concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012 com prazo de vigência de 30 anos, responsável pela construção das subestações Abdon Batista (525kV/230kV) e Gaspar (230kV/138kV).

### **2.2.3. Dona Francisca Energética S.A. – DFESA**

A coligada DFESA é uma concessionária produtora independente de energia elétrica, com Contrato de Concessão de 28 de agosto de 1998 e prazo de vigência de 35 anos, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da Empresa. As empresas Gerdau, com 52% de participação; Copel com 23% e Statkraft Energias Renováveis S.A. com 2%, são os demais sócios.

### **2.2.4. Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. – Usina Cubatão**

Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída em 1996, para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão. Empreendimento localizado em Joinville, Santa Catarina, com potência instalada de 45MW. Após enfrentar entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e consequente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou ao órgão regulador a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89).

Na 9ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, realizada em 27 de março de 2018, foi decidido por unanimidade recomendar ao MME, a extinção da Concessão da Usina Hidrelétrica Cubatão, acolhendo nosso pleito e a Nota Técnica da SCG (nº 82/2018-SCG/ANEEL, de 01 de março de 2018).

A Celesc possui 40% do Capital Social da Empresa, a Inepar, com 40%, e a Statkraft, com 20%, são os demais sócios. O investimento na Usina Cubatão está integralmente provisionado como desvalorização em participação societária.

### **2.2.5. Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan**

A Casan é uma sociedade de economia mista de capital aberto e possui a função de planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável e saneamento na sua área de concessão, na qual a Celesc é detentora de 15,48% do total das ações da Empresa. O controle acionário é do Governo do Estado de Santa Catarina, que possui 64,21%, os demais investidores são: SC Parcerias detentora de 18,03% e Codesc com 2,28% das ações. O investimento na Casan está classificado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.

### 3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nestas Informações Trimestrais, Individual e Consolidada, são descritas a seguir.

#### 3.1. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 30 de julho de 2018.

#### 3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

#### 3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos períodos, impactando nas seguintes mensurações:

- a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros; (Nota 5.6)
- b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (Nota 11)
- c) Bonificação de Outorga; (Nota 13.2)
- d) *Impairment* de Ativos Não Financeiros; (Notas 17 e 18)
- e) Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos; (Nota 20)
- f) Contingências; (Nota 27)
- g) Benefícios de Planos de Pensão (Passivo Atuarial); (Nota 28)
- h) Receita Não Faturada – Celesc D (Nota 31.1);
- i) Depreciação – Celesc G (Nota 18);
- j) Amortização do Ativo Indenizatório – Celesc D (Nota 19).

### 4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras Anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 01 de janeiro de 2018.

## 4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes – VJORA e ao valor justo por meio do resultado – VJR reconhecidos nos balanços patrimoniais.

## 4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes a Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidados do período findo em 30 de junho de 2017, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (*IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*), o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (*IAS 1 – Presentation of Financial Statements*) e o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (*IAS 34 – Interim Financial Reporting*).

Essas reclassificações não tiveram impactos no Resultado da Companhia. Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

### 4.2.1. Demonstração do Fluxo de Caixa – Consolidado

	30 de junho 2017	Reclassificação	Consolidado 30 de junho 2017 (Reapresentado)
	<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
<b>Aumento (Redução) nos Passivos</b>	<b>700.656</b>	-	<b>700.656</b>
Fornecedores	(5.372)	-	(5.372)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias (i)	3.615	(29.401)	(25.786)
Tributos a Recolher	82.020	-	82.020
Passivo Financeiro – "Parcela A" – CVA	148.357	-	148.357
Taxas Regulamentares (ii)	577.540	-	577.540
Passivo Atuarial (i)	(104.878)	29.401	(75.477)
Outras Contas	(626)	-	(626)

(i) A Celesc D reclassificou, de Passivo Atuarial para Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias, o Programa de Demissão Voluntária – PDV e o Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Tais reclassificações alteraram os saldos dessas rubricas em R\$29.401.

## 4.3. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e adotadas Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018.

**IFRS 9/CPC 48 – “Instrumentos Financeiros”** – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao

## Notas Expositivas


**Celesc**  
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Valor Justo por meio do Resultado – VJR; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e com prospecção de perdas incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A reapresentação das informações comparativas, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas, de períodos anteriores não é exigida. Desta maneira, com a aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia reconheceu as diferenças dos saldos contábeis de ativos financeiros em reserva de lucros.

O valor do impacto no Patrimônio Líquido em 01 de janeiro de 2018 foi líquido de (R\$11.707), sendo (R\$16.784) de PECLD e R\$5.077 de tributos e contribuições sociais diferidos e representam a melhor expectativa de perdas de crédito na data base das Demonstrações Financeiras Anuais.

### 4.3.1. Balanço Patrimonial

	31 de dezembro de 2017	Adoção CPC48/ IFRS 9	01 de janeiro de 2018	31 de dezembro de 2017	Adoção CPC48/ IFRS 9	01 de janeiro de 2018
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Contas a Receber de Clientes	-	-	-	1.399.563	(16.784)	1.382.779
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Investimentos	1.644.222	(11.707)	1.632.515	-	-	-
Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-	-	-	641.806	5.077	646.883
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>1.867.664</b>	<b>(11.707)</b>	<b>1.855.957</b>	<b>9.060.252</b>	<b>(11.707)</b>	<b>9.048.545</b>
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>25.426</b>	<b>-</b>	<b>25.426</b>	<b>7.218.014</b>	<b>-</b>	<b>7.218.014</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Lucro Acumulado	-	(11.707)	(11.707)	-	(11.707)	(11.707)
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.867.664</b>	<b>(11.707)</b>	<b>1.855.957</b>	<b>9.060.252</b>	<b>(11.707)</b>	<b>9.048.545</b>

**IFRS 15/CPC 47 – “Receita de Contratos com Clientes”** – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. As efetivas modificações trazidas pelo CPC 47 são: i) a modificação de contrato (ajuste retroativo); ii) reconhecimento da Receita cumprida uma obrigação havendo então a transferência de controle ao cliente; iii) reconhecimento da Receita em determinado momento ou ao longo do tempo; iv) determinação do preço total ou parcialmente variável; v) uso de estimativas e limites que necessitam de alto grau de julgamento, podendo afetar o valor ou até mesmo o momento de reconhecimento de receita; vi) divulgações mais amplas.

A *performance* das distribuidoras em relação a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores é percebida pela avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais a Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão – DIC e a Frequência de Interrupção Individual por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão – FIC. Conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, essas penalidades estão classificadas na despesa operacional.



Com a adoção na nova norma, a Celesc D reclassificou R\$9.151 de Custo dos Serviços Prestados para Receita de Vendas e Serviço de Energia Elétrica, referente às penalidades DIC e FIC, reconhecendo a receita de forma líquida de contraprestação variável.

#### 4.3.2. Demonstração do Resultado do Exercício – Consolidado

	Consolidado		
	30 de junho 2017	Reclassificação (CPC 47)	30 de junho 2017 (Reapresentado)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>3.192.220</b>	<b>(9.151)</b>	<b>3.183.069</b>
Receita das Vendas e Serviços	3.043.693	(9.151)	3.034.542
Receita de Construção	192.038	-	192.038
Receita Parcela A - CVA	(44.438)	-	(44.438)
Atualização do Ativo Financeiro - VNR	927	-	927
<b>Custos de Vendas /Serviços Prestados</b>	<b>(2.759.790)</b>	<b>9.151</b>	<b>(2.750.639)</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	(2.240.384)	-	(2.240.384)
Custo dos Produtos Vendidos	(12.238)	-	(12.238)
Custo dos Serviços Prestados	(315.130)	9.151	(305.979)
Custo de Construção	(192.038)	-	(192.038)

#### 4.3.3. Demonstração do Valor Adicionado – Consolidado

	Consolidado		
	30 de junho 2017	Reclassificação (CPC 47)	30 de junho 2017 (Reapresentado)
<b>Receitas</b>	<b>5.332.497</b>	<b>(9.151)</b>	<b>5.323.346</b>
Venda de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.121.051	(9.151)	5.111.900
Receita de Construção	192.038	-	192.038
Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	(28.343)	-	(28.343)
Outras Receitas	47.751	-	47.751
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(2.576.249)</b>	<b>9.151</b>	<b>(2.567.098)</b>
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	(2.291.198)	-	(2.291.198)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros	(93.013)	9.151	(83.862)
Perdas/Recuperação de Ativos	-	-	-
Custo de Construção	(192.038)	-	(192.038)

#### 4.4. Novas Normas e Interpretações

A seguinte nova norma foi emitida pelo *IASB* mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo *IASB*, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

**IFRS 16/CPC 06 – “Operações de Arrendamento Mercantil”** – Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A administração ainda está avaliando os impactos de sua adoção. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras do Grupo.

## 5. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento e Controle Interno – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos estratégicos, modelando estes riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo do Grupo Celesc.

### 5.1. Classe de Risco Financeiro

#### 5.1.1. Categoria Crédito:

##### Inadimplência

Risco de comprometimento do planejamento econômico financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, entrega e cobrança em relação aos clientes.

#### 5.1.2. Categoria Liquidez:

##### Acesso ao Mercado de Capitais

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado afetando o planejamento de caixa, execução das estratégias ou geração futura de retornos financeiros, através do comprometimento da estrutura de capital.

##### Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.


**Notas Expositivas**  
**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um Ano	Entre um e cinco anos	Acima de 5 anos	Consolidado
							30 de Junho 2018
Contas a Receber		1.295.185	36.334	23.812	42.617	8.121	<b>1.406.069</b>
Caixa e Equivalente de Caixa		300.232	-	-	-	-	<b>300.232</b>
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) <sup>(i)</sup>		1.517.627	-	-	-	-	<b>1.517.627</b>
Ativo Financeiro - "Parcela A" - CVA		21.948	44.026	202.259	-	-	<b>268.233</b>
Bonificação Outorga	IPCA	2.753	5.436	23.514	105.574	189.299	<b>326.576</b>
<b>Total Ativo</b>		<b>3.137.745</b>	<b>85.796</b>	<b>249.585</b>	<b>148.191</b>	<b>197.420</b>	<b>3.818.737</b>
Empréstimo Bancário	7,40% a.a. a 7,67% a.a.	1.005	-	308.285	-	-	<b>309.290</b>
Eletrobrás	5%a.a	2.464	2.343	10.694	6.977	2.134	<b>24.612</b>
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	756	1.333	6.055	24.404	1.442	<b>33.990</b>
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,3% a.a.	-	-	102.088	-	-	<b>102.088</b>
Debêntures – Celesc G	125% do CDI	-	967	8.592	154.899	-	<b>164.458</b>
Fornecedores		438.608	448.524	5	-	-	<b>887.137</b>
Conta Desenvolvimento Energético – CDE <sup>(i)</sup>		2.304.053	-	-	-	-	<b>2.304.053</b>
Reserva Matemática a amortizar	IPCA + 6%	11.345	9.309	43.652	297.641	147.968	<b>509.915</b>
Passivo Financeiro – "Parcela A" CVA <sup>(ii)</sup>	SELIC	-	-	-	28.951	-	<b>28.951</b>
<b>Total Passivo</b>		<b>2.758.231</b>	<b>462.476</b>	<b>479.371</b>	<b>512.872</b>	<b>151.544</b>	<b>4.364.494</b>

(i) Vide Nota 26.

(ii) Taxa Selic projetada para os próximos 12 meses.

## Atuarial

Risco de perdas financeiras em decorrência de responsabilidade solidária da Celesc, como patrocinadora do fundo de pensão de seus empregados (Celos), por definição de taxa atuarial equivocada, gestão inadequada, ou em desacordo com as práticas de mercado, ou ainda por flutuações inesperadas de variáveis de mercado.

## Aceleração de Dívida

Risco do vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro devido ao não cumprimento dos *covenants* financeiros e não financeiros, estabelecidos nas cláusulas referentes aos contratos de empréstimos, financiamento e debêntures.

### 5.1.3. Categoria Mercado:

#### Taxa de Câmbio e Juros

Risco de perdas provocado pela variação intempestiva e não planejada nas taxas de juros e câmbio comprometendo a estratégia.

### 5.2. Classe de Risco Operacional

#### 5.2.1. Categoria Gestão:

#### Planejamento e Orçamento

Risco de perdas pela ausência de sistemas especializados, simulação de cenários baseada



em informações não confiáveis, premissas inadequadas e dificuldade de consolidação de informações para gerar planejamento e monitoramento do orçamento comprometendo a expectativa, resultados e metas aprovados.

### **Contraparte**

Risco de perdas e/ou dificuldade de execução de suas estratégias devido ao não cumprimento total ou parcial pela contraparte (fornecedores, prestadores de serviço etc.) das cláusulas acordadas, expondo o grupo a contingências, obrigações solidárias e perdas financeiras.

### **Investimentos**

Risco de perdas por decisões de investimentos em desacordo com o alinhamento estratégico, pelo não cumprimento de cronogramas, taxas de retorno insuficientes e desembolsos imprevistos.

### **Faturamento**

Risco de perdas financeiras provocadas pela falta de qualidade do faturamento, representada por faturamento pela média, leitura equivocada, fraude, falta de qualidade de equipamentos e de capacitação de equipe própria e de terceiros.

#### **5.2.2. Categoria Processo:**

##### **Resguardo de Ativos**

Risco de perdas financeiras decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados.

##### **Perdas**

Risco da redução de receita devido ao aumento de perdas técnicas e não técnicas da energia comercializada, em função da deficiência da infraestrutura dos sistemas de distribuição ou ainda por ineficiência de controle de fraudes e roubos.

##### **Contratação de Energia da Distribuidora**

Risco de não repasse tarifário integral do custo de energia contratada e penalidades devido a contratação fora dos limites regulatórios

#### **5.2.3. Categoria Risco de Produção de Energia Elétrica:**

##### **Afluência Média**

As Usinas da Celesc G são do tipo fio d'água ou com reservatórios relativamente pequenos, dependendo diretamente do regime pluviométrico.

##### **Disponibilidade das Unidades Geradoras**

Devido à idade avançada das usinas da Celesc G (idades de 50 a 109 anos), ao desgaste natural de peças e equipamentos e aos serviços de melhoria e modernização, a geração de energia é influenciada pela disponibilidade das unidades geradoras.

### 5.3. Classe de Risco de *Compliance*

#### 5.3.1. Categoria Regulatório/Legal:

##### Revisão Tarifária

Risco de perdas provocadas pelo não cumprimento das exigências regulatórias estabelecidas pela ANEEL ou por alterações na metodologia do processo de revisão tarifária, resultando em tarifas inferiores às esperadas, acarretando na redução da margem das distribuidoras.

##### Regulação do Setor Elétrico

Risco de exposição a sanções administrativas aplicadas pela ANEEL diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em função de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da companhia, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

##### Extinção da Concessão de Distribuição

Risco de extinção do Contrato de Concessão para Exploração do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica pelo não cumprimento dos limites estabelecidos no 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Distribuidora, para os indicadores coletivos de continuidade e sustentabilidade econômico-financeira.

##### Distribuição de Energia

A Companhia assinou em 09 de dezembro de 2015 o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica da Celesc D com vigência de 30 anos, no qual consta que nos primeiros 5 (cinco) anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

Os indicadores de qualidade técnicos: redução no DEC da Celesc D tem de chegar a 9% e em 2020 – prazo limite dado pela ANEEL para comprovação plena dos ajustes – o patamar passa a ser de 25% de redução. Segundo o ritmo histórico, a redução desse indicador deverá ser de 5% ao ano.

ANO	GESTÃO ECONÔMICA FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		VERIFICAÇÃO
		DECi <sup>1</sup>	FECi <sup>1</sup>	
2016		14,77	11,04	ATENDIDO
2017	LAJIDA>0	13,79	10,44	ATENDIDO
2018	{LAJIDA (-) QRR}≥0	12,58	9,84	
2019	{DIVIDA LIQUIDA/[LAJIDA (-)QRR]}≤1/0,8*SELIC <sup>3</sup>	11,56	9,25	
2020	DIVIDA LIQUIDA/{LAJIDA (-)QRR}<1/1,11*SELIC	11,30	8,65	

Fonte: DDI

<sup>1</sup> DECi-Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora; e FECi-Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;



<sup>2</sup> QRR: Quota Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12 (doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;  
<sup>3</sup> Selic: limitada a 12,87% a.a.

## Extinção da Concessão de Geração

Risco de extinção da prorrogação do Contrato de Concessão da Usina Celso Ramos em decorrência da obrigatoriedade da entrada em operação comercial até 2021 de duas novas unidades geradoras a serem construídas pela Celesc G.

### 5.4. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela

InSTRUÇÃO CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de junho de 2018:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Consolidado		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI <sup>1</sup> (%)			<b>6,80%</b>	<b>8,50%</b>	<b>10,20%</b>
	Aplicações Financeiras	201.842	13.725	17.157	20.588
	Empréstimos	-	-	-	-
	Debêntures	(249.358)	(16.956)	(21.195)	(25.435)
SELIC			<b>7,35%</b>	<b>9,19%</b>	<b>11,03%</b>
	Ativo Financeiro – Parcela A – CVA	238.354	17.519	21.905	26.290
	Parcelamento CDE	(750.741)	(55.179)	(68.993)	(82.807)
IPCA <sup>2</sup> (%)			<b>4,39%</b>	<b>5,49%</b>	<b>6,59%</b>
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço (Nota 14)	174.409	7.657	9.575	11.494
	Bonificação de Outorga	278.830	12.241	15.308	18.375
	Reserva Matemática a Amortizar	(442.018)	(19.405)	(24.267)	(29.129)

### 5.5. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

<sup>1</sup> Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT Z18 com vencimento em 03/12/2018 (fechamento 05/07/2018)

<sup>2</sup> IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo



Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	30 de junho 2018	Consolidado	
		31 de dezembro 2017	
Total dos Empréstimos	355.779	130.466	
Debêntures	249.358	352.216	
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(300.232)	(564.594)	
Dívida Líquida	304.905	(81.912)	
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.968.319</b>	<b>1.901.473</b>	
<b>Total do Capital</b>	<b>2.273.224</b>	<b>1.819.561</b>	
Índice de Alavancagem Financeira (%)	13,41%	-4,5%	

## 5.6. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de junho de 2018. O valor contábil representa o valor justo dos ativos. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição – Nível 2	30 de junho 2018	Consolidado	
		31 de dezembro 2017	
<b>Custo Amortizado</b>			
Caixa e Equivalentes	300.232	564.594	
Contas a Receber de Clientes (Nota 11)	1.406.069	1.434.943	


**Notas Expositivas**  
**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição – Nível 3		
<b>Custo Amortizado</b>		
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (Nota 10)	1.517.627	1.532.912
Ativo Financeiro Bonificação de Outorga (Nota 13)	278.830	272.163
<b>Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)</b>		
Ações (Nota 10)	137.261	137.261
Outros	217	217
<b>Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)</b>		
Ativo Indenizatório (Concessão) (Nota 14)	367.052	397.355
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.007.288</b>	<b>4.339.445</b>

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- a) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- b) Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 30 de junho de 2018.

Descrição	Nível	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Consolidado
					Total
<b>Ativo</b>					
Caixa e Equivalentes	2	300.232	-	-	300.232
Ações	3	-	-	137.261	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	367.052	-	367.052
Contas a Receber de Clientes	2	2.024.761	-	-	2.024.761
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (Nota 12)	3	1.517.627	-	-	1.517.627
Ativo Financeiro – Parcela “A” - CVA		262.601			262.601
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	3	278.830	-	-	278.830
Outros	3	-		217	217
		<b>4.384.051</b>	<b>367.052</b>	<b>137.478</b>	<b>4.888.581</b>
<b>Passivo</b>					
Fornecedores	2	887.137	-	-	887.137
Empréstimos	2	378.919	-	-	378.919
Debêntures	2	249.358	-	-	249.358
Reserva Matemática a Amortizar	3	442.018	-	-	442.018
Passivo Financeiro – Parcela “A” – CVA	3	24.247	-	-	24.247
		<b>1.981.679</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.981.679</b>

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2017.

Descrição	Nível	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Consolidado	
					Total	
<b>Ativo</b>						
Caixa e Equivalentes	2	564.594	-	-	564.594	
Ações	3	-	-	137.261	137.261	
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	397.355	-	397.355	
Contas a Receber de Clientes	2	2.017.527	-	-	2.017.527	
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (Nota 12)	3	1.532.912	-	-	1.532.912	
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	3	272.163	-	-	272.163	
Outros	3	-	-	217	217	
		<b>4.387.196</b>	<b>397.355</b>	<b>137.478</b>	<b>4.922.029</b>	
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	2	831.582	-	-	831.582	
Empréstimos	2	161.031	-	-	161.031	
Debêntures	2	352.216	-	-	352.216	
Reserva Matemática a Amortizar	3	460.992	-	-	460.992	
Encargos Setoriais – CDE	3	2.562.138	-	-	2.562.138	
Passivo Financeiro – Parcela “A” – CVA	3	26.327	-	-	26.327	
		<b>4.394.286</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.394.286</b>	

## 7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	30 de junho 2018	Consolidado	
		31 de dezembro 2017	
Contas a Receber de Clientes			
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.134.910	1.145.115	
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	241.878	249.283	
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	647.973	623.129	
	<b>2.024.761</b>	<b>2.017.527</b>	

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

## 8. ESTOQUES

Descrição	30 de junho 2018	Consolidado	
		31 de dezembro 2017	
Almoxarifado	11.202	9.628	
Outros	108	104	
	<b>11.310</b>	<b>9.732</b>	

Os estoques são compostos por materiais, no almoxarifado, destinados principalmente à manutenção das operações de distribuição de energia.

## 9. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
Recursos em Banco e em Caixa	326	46	98.390	129.086
Aplicações Financeiras	16.624	25.002	201.842	435.508
	<b>16.950</b>	<b>25.048</b>	<b>300.232</b>	<b>564.594</b>

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

## 10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os investimentos temporários classificados em ativos não circulantes disponíveis para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)				
Ações Casan <sup>3</sup>	137.261	137.261	137.261	137.261
Outros Investimentos	217	217	217	217
<b>Não Circulante</b>	<b>137.478</b>	<b>137.478</b>	<b>137.478</b>	<b>137.478</b>

### 10.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária no investimento temporário, adotando o método do fluxo de caixa descontado para avaliação anual do referido investimento.

O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Para o cálculo do *valuation* o período de projeção adotado é de 17 anos (até 2034), com valor terminal (fluxo dos últimos 12 meses de projeção). A taxa de desconto usada foi

<sup>3</sup> Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan



WACC nominal de 12,4 % a.a., com taxa de crescimento a longo prazo (perpetuidade) nominal de 4,0% a.a. (meta central de inflação a partir de 2020).

A Companhia não alterou o valor justo desse instrumento financeiro em razão de se tratar de uma estimativa com diversas variáveis e de que o resultado dessas estimativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não resultou em acréscimo relevante. O valor justo em 30 de junho de 2018 permanece inalterado.

### Conciliação do Valor Contábil:

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>137.261</b>	<b>137.261</b>
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>137.261</b>	<b>137.261</b>
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
<b>Em 30 de junho de 2018</b>	<b>137.261</b>	<b>137.261</b>

## 11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

### a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

<b>Descrição</b>	<b>Saldos a Vencer</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias</b>	<b>30 de junho 2018</b>	<b>Consolidado</b>
				<b>30 de junho 2018</b>	<b>31 de dezembro 2017</b>
<b>Consumidores</b>					
Residencial	397.724	135.720	97.652	631.096	595.065
Industrial	207.326	37.893	356.643	601.862	613.108
Comércio, Serviços e Outros	238.585	46.037	93.038	377.660	374.307
Rural	72.619	10.752	19.394	102.765	108.314
Poder Público	57.743	2.997	9.582	70.322	73.668
Illuminação Pública	31.777	330	16.290	48.397	48.488
Serviço Público	26.650	302	1.479	28.431	28.748
	<b>1.032.424</b>	<b>234.031</b>	<b>594.078</b>	<b>1.860.533</b>	<b>1.841.698</b>
<b>Suprimento a Outras Concessionárias</b>					
Concessionárias e Permissionárias	98.643	4.763	12.856	116.262	113.406
Transações no Âmbito da CCEE	3.843	-	15.216	19.059	28.483
Outros Créditos	-	3.084	25.823	28.907	33.940
	<b>102.486</b>	<b>7.847</b>	<b>53.895</b>	<b>164.228</b>	<b>175.829</b>
	<b>1.134.910</b>	<b>241.878</b>	<b>647.973</b>	<b>2.024.761</b>	<b>2.017.527</b>
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(618.692)	(582.584)
				<b>1.406.069</b>	<b>1.434.943</b>
				<b>Circulante</b>	<b>1.355.331</b>
				<b>Não Circulante</b>	<b>50.738</b>
					<b>1.399.563</b>
					<b>35.380</b>

O Ofício ANEEL-SFF nº 84/2018 determina que deverão compor a base de cálculo da alíquota efetiva, o PIS/PASEP e a COFINS incidentes sobre as Receitas Financeiras da atualização dos Ativos Regulatórios e da atualização do Ativo Financeiro da Concessão.

A Diretoria da Companhia, em conformidade com o referido Ofício, aprovou a cobrança dos valores retroativos de maio de 2015 a fevereiro de 2018, atualizados monetariamente pela Selic, no montante de R\$13,5 milhões, na alíquota efetiva repassada aos consumidores em março de 2018 com reflexos financeiros em maio de 2018.

### b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
<b>Consumidores</b>		
Residencial	100.572	91.692
Industrial	217.888	207.302
Têxtil (i)	114.614	114.613
Comércio, Serviços e Outras	89.085	81.559
Rural	16.262	10.597
Poder Público	11.308	11.436
Illuminação Pública	15.741	14.543
Serviço Público	1.441	1.382
Concessionárias e Permissionárias (ii)	17.650	16.533
Consumidores Livres	8.443	8.312
Outros	25.688	24.615
<b>Total</b>	<b>618.692</b>	<b>582.584</b>
<b>Circulante</b>	<b>504.078</b>	<b>467.971</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>114.614</b>	<b>114.613</b>

#### b.1) Movimentação

Descrição	Consolidado	
	Montante	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>582.584</b>	
Provisão Constituída no Período		23.756
Baixas de Contas a Receber		(4.432)
Ajuste CPC 48		16.784
<b>Saldo em 30 de junho de 2018</b>	<b>618.692</b>	

#### (i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Tecelagem Kuehnrich – TEKA e Têxtil Renaux View S.A..

Em 2011, a Buettner S.A. entrou em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231. Em 2017, a Celesc D, considerando a possibilidade de não receber os valores da empresa Buettner S.A, reverteu o provisionamento realizado em 2011 e lançou para perdas o montante de R\$18.231.

Ainda em 2011, a Companhia Industrial Schlösser S.A. também entrou em recuperação judicial sendo provisionado em 2012 o montante de R\$16.888. A Celesc D recebeu referente a recuperação judicial o montante de R\$3.283, valor este revertido da provisão.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na

## Notas Expositivas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a Empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à Companhia Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

### b.2) Movimentação da PECLD – Setor Têxtil

A composição, por empresa está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Montante
Têxtil RenauxView S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.794
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>114.613</b>
Provisão Constituída no Período	-
Reversão no Período	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2018</b>	<b>114.613</b>
Têxtil RenauxView S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.794
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604

### (ii) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da *Generation Scaling Factor – GSF*

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do GSF nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R\$26.657 mil. Do montante total, foi revertido no ano de 2018 o montante de R\$1.136 mil devido ao seu recebimento nesse ano, enquanto que no ano de 2017 o recebimento foi de R\$11.276 mil. Dessa forma, o saldo ainda provisionado é de R\$15.216 mil em 30 de junho de 2018, considerando que não há certeza acerca do recebimento pela liquidação no mercado de curto prazo em face à controvérsia e à incerteza do deslinde do processo judicial.

### b.3) Movimentação da PECLD da *GSF*

Descrição	Consolidado
	Montante
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>15.381</b>
Provisão Constituída no Período	971
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	(1.136)
<b>Saldo em 30 de junho de 2018</b>	<b>15.216</b>

## 12. ATIVOS FINANCEIROS E OUTROS ATIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Outros Créditos a Receber	Consolidado	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
<b>Circulante</b>	<b>2.058.399</b>	<b>1.822.897</b>
Dividendos	4.321	9.046
Subsídio Decreto nº 7.891/2013 (i)	1.517.627	1.532.912
Pessoal a Disposição	3.004	3.209
Adiantamento Proinfa	14.519	14.519
Adiantamentos Diversos	3.201	3.286
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	49.699	65.612
Compartilhamento de Infraestrutura	14.180	3.631
Conta Bandeiras	5.689	54.825
Programa Baixa Renda	47.744	15.282
Ativos Financeiros – Bonificação de Outorga (Nota 13.2)	293.904	30.277
Outras Contas (ii)	104.511	90.298
<b>Não Circulante</b>	<b>249.321</b>	<b>245.410</b>
Ativos Financeiros – Bonificação de Outorga (Nota 13.2)	247.527	241.886
Outras Contas	1.794	3.524
<b>Total</b>	<b>2.307.720</b>	<b>2.068.307</b>

(i) Em 15 de agosto de 2017, por meio da Resolução Homologatória nº 2.286/2017, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$60.103, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, com vigência de agosto de 2017 a julho de 2018 (Nota 26).

(ii) Despacho ANEEL nº 4.171/2017 referente a valores a receber da Eletrosul. (Nota 31.2 – c).

## 13. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO

### 13.1. Parcela A – CVA

Ativos Financeiros Setoriais	Consolidado									
	31 de dezembro 2017	Adição	Amortização	Remuneração	30 de junho 2018	Amortização	Constituição	Circulante	Não Circulante	
<b>CVA Ativa</b>	<b>619.149</b>	<b>324.190</b>	<b>(67.614)</b>	<b>17.297</b>	<b>893.022</b>	<b>19.533</b>	<b>873.489</b>	<b>820.231</b>	<b>72.791</b>	
Energia	551.747	267.284	(55.745)	14.866	778.152	16.104	762.048	714.648	63.504	
Proinfa	-	6.205	-	117	6.322	-	6.322	5.795	527	
Transporte Rede Básica	53.660	46.694	(10.751)	1.861	91.464	3.106	88.358	84.101	7.363	
Transporte de Energia	13.742	4.007	(1.118)	453	17.084	323	16.761	15.687	1.397	
<b>Demais Ativos Financeiros</b>										
<b>Setoriais</b>	<b>61.207</b>	<b>(19.199)</b>	<b>(32.522)</b>	<b>(91)</b>	<b>9.395</b>	<b>9.395</b>	<b>-</b>	<b>9.395</b>	<b>-</b>	
Neutralidade da Parcela A	61.207	(19.199)	(32.522)	(91)	9.395	9.395	-	9.395	-	
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>680.356</b>	<b>304.991</b>	<b>(100.136)</b>	<b>17.206</b>	<b>902.417</b>	<b>28.928</b>	<b>873.489</b>	<b>829.626</b>	<b>72.791</b>	


**Notas Expositivas**  
**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Passivos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2017	Adição	Amortização	Remuneração	30 de junho 2018	Amortização	Constuição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Passiva</b>									
Encargos do Sistema de Serviço – ESS	(602.870)	54.273	108.379	(15.128)	(455.346)	(31.310)	(424.036)	(420.010)	(35.336)
CDE	(349.634)	(52.732)	87.881	(8.778)	(323.263)	(25.388)	(297.875)	(298.440)	(24.823)
(244.590)	107.005	13.790	(6.350)	(130.145)	(3.984)	(126.161)	(119.632)	(10.513)	
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(103.813)</b>	<b>(110.299)</b>	<b>10.185</b>	<b>(4.790)</b>	<b>(208.717)</b>	<b>(3.182)</b>	<b>(205.535)</b>	<b>(147.015)</b>	<b>(61.702)</b>
Neutralidade da Parcela A	-	(68.899)	-	(1.320)	(70.219)	-	(70.219)	(64.367)	(5.852)
Sobrecontratação de Energia	(22.739)	-	-	(753)	(23.492)	-	(23.492)	(21.534)	(1.958)
Devoluções Tarifárias	(79.883)	(26.334)	9.260	(2.182)	(99.139)	(2.916)	(96.223)	(45.247)	(53.892)
Outros	(1.191)	(15.066)	925	(535)	(15.867)	(266)	(15.601)	(15.867)	-
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(706.683)</b>	<b>(56.026)</b>	<b>118.564</b>	<b>(19.918)</b>	<b>(664.063)</b>	<b>(34.492)</b>	<b>(629.571)</b>	<b>(567.025)</b>	<b>(97.038)</b>
<b>Total Ativos (Passivos) Financeiros Setoriais</b>	<b>(26.327)</b>	<b>248.965</b>	<b>18.428</b>	<b>(2.712)</b>	<b>238.354</b>	<b>(5.564)</b>	<b>243.918</b>	<b>262.601</b>	<b>(24.247)</b>

Descrição	30 de junho 2018	Consolidado	
		31 de dezembro 2017	
CVA 2017 – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	(11.777)		(52.540)
CVA 2018 – Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	449.453		68.819
<b>Total da Parcela A – CVA</b>	<b>437.676</b>		<b>16.279</b>
Outros Itens – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	6.212		28.557
Outros Itens - Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	(205.534)		(71.163)
<b>Total Outros Itens – CVA</b>	<b>(199.322)</b>		<b>(42.606)</b>
<b>Total</b>	<b>238.354</b>		<b>(26.327)</b>

### 13.2. Bonificação de Outorga

A Celesc G pagou em 2016 R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. Esse montante está incluso na tarifa dessas usinas e será resarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago:

- Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.265/2017;
- Somando-se os juros mensais calculados com base na taxa de juros efetiva (TIR);
- Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo Contrato de Concessão.

Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Consolidado	
						Total	
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>39.655</b>	<b>56.781</b>	<b>43.401</b>	<b>26.070</b>	<b>106.256</b>	<b>272.163</b>	
Atualização Monetária	1.005	1.440	1.101	659	2.700	6.905	
Juros	2.362	3.429	2.534	1.765	5.579	15.669	
Amortização/Baixa	(2.394)	(3.457)	(2.565)	(1.760)	(5.731)	(15.907)	
<b>Em 30 de junho de 2018</b>	<b>40.628</b>	<b>58.193</b>	<b>44.471</b>	<b>26.734</b>	<b>108.804</b>	<b>278.830</b>	
					<b>Circulante</b>	<b>31.303</b>	
					<b>Não Circulante</b>	<b>247.527</b>	

## 14. ATIVO INDENIZATÓRIO – CONCESSÃO

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em ativo intangível e ativo indenizável.

Descrição	30 de junho 2018	Consolidado	
		31 de dezembro 2017	
<b>Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)</b>	<b>364.631</b>	<b>394.934</b>	
Em Serviço	174.409	160.069	
Em Curso	190.222	234.865	
<b>Ativo de Concessão – Geração de Energia (b)</b>	<b>2.421</b>	<b>2.421</b>	
Ativo Indenizatório	2.421	2.421	
<b>Total Não Circulante</b>	<b>367.052</b>	<b>397.355</b>	

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

### a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2017	30 de junho 2018
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>394.934</b>	
(+) Novas Aplicações		12.273
(+/-) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC		(44.644)
(+) Ajuste VNR (i)		2.328
(-) Resgate		(260)
<b>Em 30 de junho de 2018</b>	<b>364.631</b>	

(i) A Companhia reconheceu no primeiro semestre de 2018, o montante de R\$2.328, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

A Celesc D atualiza sua Base de Remuneração Regulatória – BRR, a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, pelo IPCA em atendimento ao Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 2.3.

### b) Ativo de Concessão – Geração de Energia

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596/2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato. A ANEEL ainda não homologou os valores indenizatórios solicitados pela Empresa.

Investimentos em Usinas	Consolidado	
	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
PCH Bracinho	85	85
PCH Cedros	195	195
PCH Salto	1.906	1.906
PCH Palmeiras	235	235
<b>Total</b>	<b>2.421</b>	<b>2.421</b>

### 15. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
ICMS <sup>4</sup>	-	-	40.651	41.537
PIS e COFINS <sup>5</sup>	-	-	21.222	21.222
IRPJ e CSLL <sup>6</sup>	1.684	1.627	86.922	27.180
Outros	496	428	3.422	5.332
<b>Total</b>	<b>2.180</b>	<b>2.055</b>	<b>152.217</b>	<b>95.271</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.180</b>	<b>2.055</b>	<b>124.894</b>	<b>75.831</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.323</b>	<b>19.440</b>

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

O saldo de PIS e COFINS é composto, principalmente, por pagamentos a maior relativos a pedido de liminar deferida pela Justiça Federal referente ao processo de reconhecimento de exposição involuntária pelo órgão regulador. (Nota 27)

<sup>4</sup> Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

<sup>5</sup> Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

<sup>6</sup> Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

## 16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### a) Saldos e Transações

Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo e passivo não circulante são:

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Outros Passivos de Partes Relacionadas
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>						
<b>Governo do Estado de SC:</b>						
ICMS	-	132.472	41.537	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	8.249	-	-
Rede Subterrânea (i)	6.134	-	-	-	6.134	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	-	19.732
	<b>6.134</b>	<b>132.472</b>	<b>41.537</b>	<b>8.249</b>	<b>6.622</b>	<b>19.732</b>
<b>Em 30 de junho de 2018</b>						
<b>Governo do Estado de SC:</b>						
ICMS	-	123.110	40.651	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	7.931	-	-
Rede Subterrânea (i)	4.371	-	-	-	4.371	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	-	13.729
	<b>4.371</b>	<b>123.110</b>	<b>40.651</b>	<b>7.931</b>	<b>4.859</b>	<b>13.729</b>

A movimentação no resultado do exercício:

Descrição	Controladora			Consolidado	
	Receitas Financeiras	Tributos/ Deduções da Receita	Receita de Vendas	Receitas Financeiras	
<b>Em 30 de junho de 2017</b>					
<b>Governo do Estado de SC:</b>					
ICMS	-	962.588	-	-	-
Receita de Vendas	-	-	38.286	-	-
Rede Subterrânea (i)	150	-	-	-	150
	<b>150</b>	<b>962.588</b>	<b>38.286</b>	<b>150</b>	
<b>Em 30 de junho de 2018</b>					
<b>Governo do Estado de SC:</b>					
ICMS	-	1.041.327	-	42.970	-
Rede Subterrânea (i)	43	-	-	-	43
	<b>43</b>	<b>1.041.327</b>	<b>42.970</b>	<b>43</b>	

#### (i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou Convênio nº 007/1995, Termo de Cooperação Técnica, com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

A Companhia recebeu do Acionista, Governo do Estado de Santa Catarina, o Ofício GAB/GOV nº 67/2016, datado de 23 de junho de 2016, autorizando a efetuar a retenção dos proventos oriundos dos dividendos do exercício de 2015, a serem recebidos pelo acionista para abatimento do débito e, autoriza ainda, a deduzir o saldo remanescente em exercícios subsequentes até a extinção do referido débito. Desta maneira, em 29 de junho

**Notas Expositivas**  
 **Celesc**  
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

de 2018 a Celesc efetuou o encontro de contas deduzindo a primeira parcela dos dividendos do exercício de 2017. A segunda será deduzida em 29 de dezembro de 2018.

Em 30 de junho de 2018 o valor remanescente e atualizado monetariamente era de R\$4.371.

**b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração**

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2018	30 de junho 2017	30 de junho 2018	30 de junho 2017
<b>Administradores</b>				
Honorários	3.862	2.565	3.862	2.565
Participação nos Lucros e/ou Resultados	-	1.577	-	1.577
Passivo Atuarial	102	89	102	89
Encargos Sociais	685	694	685	694
Outros	11	1	11	1
	<b>4.660</b>	<b>4.926</b>	<b>4.660</b>	<b>4.926</b>

## 17. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017	30 de junho 2018	31 de Dezembro 2017
<b>Controladas</b>				
Celesc D	1.161.459	1.052.919	-	-
Celesc G	451.715	425.880	-	-
	<b>1.613.174</b>	<b>1.478.799</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Controladas em Conjunto</b>				
SCGÁS	82.662	87.818	82.662	87.818
	<b>82.662</b>	<b>87.818</b>	<b>82.662</b>	<b>87.818</b>
<b>Coligadas</b>				
ECTE	53.807	47.783	53.807	47.783
DFESA	29.676	29.822	29.676	29.822
SPEs <sup>7</sup>	-	-	59.069	51.058
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	<b>83.483</b>	<b>77.605</b>	<b>142.552</b>	<b>128.663</b>
	<b>1.779.319</b>	<b>1.644.222</b>	<b>225.214</b>	<b>216.481</b>

<sup>7</sup> Sociedade de Propósito Específico.

### a) Informações sobre Investimentos

Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Controladora Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
		Capital Social	Capital Votante			
	Ordinárias					
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	1.052.919	8.114.164	33.342
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	425.880	624.605	48.960
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	154.712	447.319	37.969
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	289.870	414.244	(46.063)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	129.492	138.079	38.540
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.601	5.739	(90)
<b>Em 30 de junho de 2018</b>						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	1.161.459	7.988.468	119.617
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	451.715	648.091	28.161
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	174.219	439.326	19.507
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	263.860	486.250	(26.010)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	128.857	13.978	21.677
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)

Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Consolidado Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
		Capital Social	Capital Votante			
	Ordinárias					
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	154.712	447.319	37.969
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	289.870	414.244	(46.063)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	129.492	138.079	38.540
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.601	5.739	(90)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,50%	32,50%	33.026	55.215	(3.542)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.611	5.612	(203)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.129	6.542	(63)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	40.070	59.001	4.540
Xavantina Energética S.A.	241	40,00%	40,00%	23.269	40.661	(2.685)
Garça Branca Energética S.A.	18.014	49,00%	49,00%	29.337	59.436	(4.217)
EDP Transmissão Aliança SC	0,1	10,00%	10,00%	(160)	15.447	(161)
<b>Em 30 de junho de 2018</b>						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	174.219	439.326	19.507
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	263.860	486.250	(26.010)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	128.857	13.978	21.677
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	39.132	55.191	630
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.636	5.636	(9)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.131	6.544	(13)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	43.138	60.279	3.069
Xavantina Energética S.A.	246	40,00%	40,00%	24.038	40.756	421
Garça Branca Energética S.A.	20.660	49,00%	49,00%	34.571	64.480	(1.466)
EDP Transmissão Aliança SC	1.300	10,00%	10,00%	12.888	35.456	48

### b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Controladora	
						Total	
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>							
Dividendos e JCP Creditados	-	(2.326)	-	-	(5.140)	(7.466)	(733)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(733)	-	-	(733)
Resultado de Equivalência Patrimonial	119.617	28.161	6.024	(4.423)	4.994	154.373	
Ajuste Adoção Inicial CPC 48 <sup>(i)</sup>	(11.077)	-	-	-	-	-	(11.077)
<b>Em 30 de junho de 2018</b>							
	<b>1.161.459</b>	<b>451.715</b>	<b>53.807</b>	<b>82.622</b>	<b>29.676</b>	<b>1.779.319</b>	

(i) Efeito Líquido da Adoção Inicial do CPC 48, considerando Tributos Diferidos de R\$5.707.

Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>52.860</b>	<b>97.117</b>	<b>32.766</b>	<b>44.811</b>	<b>227.554</b>
Integralizações	-	-	-	9.926	9.926
Dividendos e JCP Creditados	(16.804)	-	(11.820)	(470)	(29.094)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.727	(7.831)	8.876	(3.209)	9.563
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>47.783</b>	<b>87.818</b>	<b>29.822</b>	<b>51.058</b>	<b>216.481</b>
Integralizações	-	-	-	7.558	7.558
Dividendos e JCP Creditados	-	-	(5.140)	-	(5.140)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(733)	-	-	(733)
Resultado de Equivalência Patrimonial	6.024	(4.423)	4.994	453	7.048
<b>Em 30 de junho de 2018</b>	<b>53.807</b>	<b>82.662</b>	<b>29.676</b>	<b>59.069</b>	<b>225.214</b>

### c) Aquisição do Direito de Uso de Concessão

O saldo do Direito de Uso de Concessão gerado na aquisição da SCGÁS em 30 de junho de 2018 é de R\$37.806 (R\$38.540 em 31 de dezembro de 2017). O Direito de Uso de Concessão é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

## 18. IMOBILIZADO

### a) Composição do Saldo

Descrição	Consolidado						
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.315</b>	<b>7.555</b>	<b>31.736</b>	<b>88.311</b>	<b>388</b>	<b>22.367</b>	<b>151.672</b>
Custo do Imobilizado	20.202	189.781	49.895	174.166	1.658	22.367	458.069
Provisão para Perdas	(11.559)	(30.515)	(1.909)	(4.390)	81	-	(48.292)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(151.711)	(16.250)	(81.465)	(1.351)	-	(258.105)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.315</b>	<b>7.555</b>	<b>31.736</b>	<b>88.311</b>	<b>388</b>	<b>22.367</b>	<b>151.672</b>
Adições	-	-	-	-	-	3.297	3.297
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	(84)	-	(84)
Baixas Depreciação	-	-	-	-	84	-	84
Depreciação	-	(135)	(433)	(1.743)	(37)	-	(2.348)
(+/-) Transferências	-	-	-	408	254	(662)	-
<b>Em 30 de junho de 2018</b>	<b>1.315</b>	<b>7.420</b>	<b>31.303</b>	<b>86.976</b>	<b>605</b>	<b>25.002</b>	<b>152.621</b>
Custo do Imobilizado	20.202	169.702	49.895	167.103	1.912	25.002	433.816
Provisão para Perdas	(11.559)	(30.515)	(1.909)	(4.390)	81	-	(48.292)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.767)	(16.683)	(75.737)	(1.388)	-	(232.903)
<b>Em 30 de junho de 2018</b>	<b>1.315</b>	<b>7.420</b>	<b>31.303</b>	<b>86.976</b>	<b>605</b>	<b>25.002</b>	<b>152.621</b>
Taxa Média de Depreciação	0%	4,48%	1,82%	2,46%	8,46%	0%	

### b) Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	16,7
Máquinas e Equipamentos	11,3
Veículos	5,9
Móveis e Utensílios	6,3

Geração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	2,2
Máquinas e Equipamentos	3,0
Reservatórios, Barragens e Adutoras	4,5
Veículos	9,3
Móveis e Utensílios	1,1

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As Usinas Celso Ramos e Caveiras, regidas pelo Contrato de Concessão do uso do bem público, são depreciadas com base nos prazos de concessão definidos em contrato, exceto para os investimentos realizados que são suscetíveis à indenização ao final da concessão, sendo esses depreciados com base na Resolução ANEEL nº 674/15.

Com a emissão do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 06/2013, a UHE Pery passou a ser depreciada conforme taxas definidas na Resolução ANEEL nº 674/15. As CGHs São Lourenço, Rio do Peixe e Piraí, por possuírem contrato de registro, são depreciadas com base nas mesmas taxas, uma vez que não possuem prazo de concessão. Os ativos pertencentes à Administração Central da Celesc G são depreciados com base nas mesmas taxas.

Ainda, os investimentos em melhoria realizados nas Usinas arrematadas no Leilão nº 12/2015 – Garcia, Palmeiras, Saldo, Cedros e Bracinho – são depreciados pelo prazo da concessão ou vida útil, dos dois o menor, uma vez que os Contratos de Concessão nº 06/2016 e 07/2016 preveem a não indenização ao final da concessão. Já os investimentos realizados em ampliação das Usinas deverão ser depreciados conforme estabelecido na Resolução ANEEL nº 674/2015.

### c) Ativo Imobilizado totalmente depreciado ainda em operação

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 30 de junho de 2018:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Reservatórios, Barragens e Adutoras	133.155	113.251
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	11.336	10.153
Máquinas e Equipamentos	48.332	43.240
Outros	14.033	14.057
<b>Total</b>	<b>206.856</b>	<b>180.701</b>

## 19. INTANGÍVEL

Descrição	Controladora		
	31 de dezembro 2017	Amortizações	30 de junho 2018
Ágio Aquisição ECTE	6.452	(252)	6.200

## Notas Expositivas



Celesc

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição	Consolidado						
	Contratos de Concessão (a)	Software Adquiridos	Ágio	Uso do Bem Público (b)	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Total
	Celesc D			Celesc G			
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.164.619</b>	<b>2.266</b>	<b>6.452</b>	<b>152</b>	<b>70</b>	<b>1.002</b>	<b>3.174.561</b>
Custo Total	4.651.046	6.495	14.248	904	70	1.002	4.673.765
Amortização Acumulada	(1.486.427)	(4.229)	(7.796)	(752)	-	-	(1.499.204)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.164.619</b>	<b>2.266</b>	<b>6.452</b>	<b>152</b>	<b>70</b>	<b>1.002</b>	<b>3.174.561</b>
Adições	209.847	-	-	-	-	116	209.963
Baixas	(23.592)	-	-	-	-	-	(23.592)
Amortizações	(102.996)	(378)	(252)	(131)	-	-	(103.757)
<b>Em 30 de junho de 2018</b>	<b>3.247.878</b>	<b>1.888</b>	<b>6.200</b>	<b>21</b>	<b>70</b>	<b>1.118</b>	<b>3.257.175</b>
Custo Total	4.837.301	6.495	14.248	904	70	1.118	4.860.136
Amortização Acumulada	(1.589.423)	(4.607)	(8.048)	(883)	-	-	(1.602.961)
<b>Em 30 de junho de 2018</b>	<b>3.247.878</b>	<b>1.888</b>	<b>6.200</b>	<b>21</b>	<b>70</b>	<b>1.118</b>	<b>3.257.175</b>
Taxa Média de Amortização	4,2%	20%	0,4%	29%	0%	0%	

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

### a) Contratos de Concessão

As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

### b) Uso do Bem Público

A quota mensal de Uso de Bem Público – UBP refere-se à exploração dos potenciais de energia hidráulica da UHE Caveiras e PCH Celso Ramos, atualizada monetariamente pela variação do IPCA. A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada na UHE Caveiras até o final da concessão e na PCH Celso Ramos por um prazo limitado a 5 anos.

Os montantes, por Usina, recolhidos no primeiro semestres de 2018 e 2017 foram:

Usinas	Consolidado	
	31 de junho de 2018	31 de junho de 2017
UHE Pery (i)	-	396
UHE Caveiras	43	42
PCH Celso Ramos	94	91
<b>Total</b>	<b>137</b>	<b>529</b>

(i) Em 2018 o valor total pago foi de R\$137 mil, 74% menor do que no ano anterior em função da renovação no segundo semestre de 2017 da usina Pery, deixando de haver a obrigatoriedade no recolhimento do encargo.

Em 30 de junho de 2018 o respectivo saldo passivo é de R\$44 mil com vencimento até setembro de 2018, R\$14 mil referente à UHE Caveiras e R\$30 mil referente à PCH Celso



Ramos. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP é decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração de 7,9%.

## 20. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

### a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
Ativo	637.849	641.806
Passivo	(13.123)	(9.613)
<b>Tributo Diferido Líquido</b>	<b>624.726</b>	<b>632.193</b>

Descrição	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
<b>Diferenças temporárias</b>						
Provisão para Contingências	210.050	201.716	-	-	210.050	201.716
Provisão para Perdas em Ativos	79.715	74.478	-	-	79.715	74.478
Benefício Pós-Emprego	492.819	513.459	-	-	492.819	513.459
Custo Atribuído	-	-	8.236	9.081	(8.236)	(9.081)
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de Concessão	-	-	57.217	58.276	(57.217)	(58.276)
Efeitos do CPC 38 - Instrumentos Financeiros	-	-	70.499	71.805	(70.499)	(71.805)
Bonificação de Outorga	-	10.958	21.498	29.007	(21.498)	(18.049)
Outras Provisões	-	-	408	249	(408)	(249)
	<b>782.584</b>	<b>800.611</b>	<b>157.858</b>	<b>168.418</b>	<b>624.726</b>	<b>632.193</b>

### b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização tem como base o Plano de Resultados ANEEL 2018-2022, deliberado na Ata de Reunião do Conselho de Administração de 29 de agosto de 2017, tendo como objetivo definir e apresentar as ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

Em atendimento à Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

O processo de reconhecimento de exposição involuntária pelo órgão regulador no valor de R\$256,6 milhões está em Demanda Judicial junto a Justiça Federal e tiveram seus montantes de IRPJ e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. (Nota 27).

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de junho de 2018 são:

<b>Ano</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>30 de junho 2018</b>	<b>31 de dezembro 2017</b>
2018	137.904	146.674
2019	103.804	104.171
2020	91.080	91.448
2021	90.458	90.825
Acima de 2022	359.338	367.493
<b>Total</b>	<b>782.584</b>	<b>800.611</b>

#### c) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do Custo Atribuído com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>Montante</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>22.362</b>	
(-) Baixa do Custo Atribuído	(7.173)	
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	2.439	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>17.628</b>	
(-) Baixa do Custo Atribuído	(2.486)	
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	845	
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(4.232)	
<b>Saldo em 30 de junho de 2018</b>	<b>27.694</b>	

#### d) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do Passivo Atuarial com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>Montante</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>420.438</b>	
(+) Adição do Passivo Atuarial	430.759	
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(146.459)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>704.738</b>	
(+) Adição do Passivo Atuarial	-	
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	-	
<b>Saldo em 30 de junho de 2018</b>	<b>704.738</b>	

### e) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de imposto de renda com a de contribuição social, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30 de junho 2018</b>	<b>30 de junho 2017</b>	<b>30 de junho 2018</b>	<b>30 de junho 2017</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e a CSLL</b>	<b>140.211</b>	<b>2.214</b>	<b>234.079</b>	<b>64.507</b>
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(47.672)</b>	<b>(753)</b>	<b>(79.587)</b>	<b>(21.932)</b>
<b>Adições e Exclusões Permanentes</b>				
Equivalência Patrimonial	52.487	5.919	2.396	1.860
Benefício Fiscal	-	-	(44)	(18)
Incentivo Fiscal	-	(1)	1.389	(1)
Provisões Indedutíveis	(359)	(335)	(359)	(335)
Multas Indedutíveis	-	-	(2.663)	(3.125)
IRPJ/CSLL não reconhecidos sobre Prejuízo Fiscal	(4.445)	(4.552)	(4.445)	(20.924)
Participação dos Administradores	(11)	(5)	(35)	(29)
Perdas Não Técnicas	-	-	(10.586)	(7.001)
Outras Adições (Exclusões)	-	(273)	66	(186)
	-	-	<b>(93.868)</b>	<b>(51.691)</b>
<b>Corrente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(80.694)</b>	<b>(11.766)</b>
<b>Diferido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(13.174)</b>	<b>(39.925)</b>
<b>Taxa Efetiva</b>	<b>0,00 %</b>	<b>0,00 %</b>	<b>40,10 %</b>	<b>80,13 %</b>

## 21. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

### 21.1. Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30 de junho 2018</b>	<b>31 de dezembro 2017</b>	<b>30 de junho 2018</b>	<b>31 de dezembro 2017</b>
IRPJ	-	-	60.273	15.096
CSLL	-	-	22.681	4.736
<b>Total a pagar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>82.954</b>	<b>19.832</b>
(-) Tributos a compensar	(2.180)	(2.055)	(87.657)	(29.831)
<b>Total</b>	<b>(2.180)</b>	<b>(2.055)</b>	<b>(4.703)</b>	<b>(9.999)</b>

### a) Programa Especial de Regularização Tributária – PERT

Em novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT instituído pela Lei Federal nº 13.496, de 24 de outubro de 2017.

Após análise das opções descritas na Lei, a Companhia optou pela modalidade descrita no inciso III, alínea “a” do artigo 3º da Lei Federal nº 13.496/2017.

Considerando os benefícios da Lei, esses valores foram registrados contabilmente, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Consolidado
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>5.906</b>
(+) Atualizações	91
(-) Amortizações no período	(5.997)
<b>Em 30 de junho de 2018</b>	<b>-</b>

Em atendimento ao artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.711/2017, enquanto não consolidado o parcelamento, o sujeito passivo deverá recolher mensalmente o valor relativo às parcelas, calculado de acordo com a modalidade pretendida dentre as previstas no artigo 3º Lei Federal nº 13.496/2017.

## 21.2. Outros Tributos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
ICMS	-	-	123.110	132.473
PIS e COFINS	5	4	45.446	44.574
Outros	85	73	5.323	11.943
<b>Circulante</b>	<b>90</b>	<b>77</b>	<b>173.879</b>	<b>188.990</b>
(-) Tributos a compensar	-	-	(64.558)	(65.440)
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>77</b>	<b>109.321</b>	<b>123.550</b>

## 22. FORNECEDORES

Descrição	Controladora	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
Empregados a Disposição	986	1.062
Materiais e Serviços	298	230
<b>Total</b>	<b>1.284</b>	<b>1.292</b>

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
Energia Elétrica	445.086	427.078
Encargos de Uso da Rede Elétrica	102.176	91.820
Materiais e Serviços	51.857	97.665
Empregados a Disposição	986	1.062
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	287.032	213.957
<b>Total</b>	<b>887.137</b>	<b>831.582</b>

## 23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem três classificações distintas: a) Empréstimos Bancários, b) Empréstimos da Eletrobras e c) Empréstimos Tipo Finame, e são garantidos, quase em sua totalidade, pelos recebíveis da Celesc D.

## Notas Expositivas



**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição	Taxa de Juros e Comissões %	Consolidado	
		30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
Empréstimos Bancários (a) (i)	110 a 121,5 CDI	-	64.263
Empréstimos Bancários (a) (ii) (iii)	7,4 a 7,67 a.a.	301.002	-
Eletrobras (b)	5,00 a.a.	23.140	30.565
Finame (c)	2,5 a 9,5 a.a.	31.637	35.638
<b>Total</b>		<b>355.779</b>	<b>130.466</b>
<b>Circulante</b>		<b>324.354</b>	<b>88.057</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>31.425</b>	<b>42.409</b>

### a) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários referem-se a três contratações, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de capital de giro.

(i) A primeira contratação, no valor de R\$300,0 milhões, foi efetuada junto à Caixa Econômica Federal em junho de 2014, com remuneração à taxa equivalente a 121,5% do CDI. Em abril de 2015 o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado para 38 meses, com carência de 8 meses. A amortização final ocorreu em junho de 2018.

A segunda contratação, no valor de R\$100,0 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil em janeiro de 2015, com remuneração à taxa equivalente a 110% do CDI. Foi oferecida uma carência de 12 meses para o início da amortização do valor principal, previsto para liquidação em 24 parcelas mensais. A amortização final ocorreu em janeiro de 2018.

(ii) A terceira contratação, no valor de R\$150,0 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil, por meio da Linha de Crédito Agroindustrial, em fevereiro de 2018, com juros pré-fixados em 7,67% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato é de 12 meses e sua liquidação está prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*).

(iii) A quarta contratação, no valor de R\$150,0 milhões, foi efetuada junto ao Banco Safra, por meio de Cédula de Crédito Bancário, em abril de 2018, com juros pré-fixados em 7,4% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato é de 12 meses e sua liquidação está prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*).

### b) Eletrobras

Os recursos dessas contratações foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

### c) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a 9,5% a.a. e com amortizações previstas para 96 parcelas mensais. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

### a) Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
Ano 2019 - 1T	-	5492
Ano 2019 – 2T a 4T	6.399	11891
Ano 2020	9.307	9307
Ano 2021	6.294	6294
Ano 2022	4.663	4663
Ano 2023	3.260	3260
Ano 2024	1.139	1139
Ano 2025	363	363
	<b>31.425</b>	<b>42.409</b>

### b) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>88.057</b>	<b>42.409</b>	<b>130.466</b>
Ingressos	300.000	-	300.000
Encargos Provisionados	9.468	-	9.468
Transferências	10.984	(10.984)	-
Amortizações de Principal	(75.665)	-	(75.665)
Pagamentos de Encargos	(8.490)	-	(8.490)
<b>Em 30 de junho de 2018</b>	<b>324.354</b>	<b>31.425</b>	<b>355.779</b>

## 24. DEBÊNTURES

### 24.1. Debêntures – Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de maio de 2013, 30 mil (trinta mil) Debêntures no valor nominal unitário de R\$10 mil, totalizando R\$300 milhões, com vencimento para 15 de maio de 2019. Os recursos dessa emissão foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over extra-Grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,3%.

A amortização foi prevista em 3 parcelas anuais e consecutivas, a partir de 15 de maio de 2017, e a remuneração em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 15 de novembro de 2013.

As duas primeiras parcelas de amortização no valor de R\$200 milhões foram pagas em seus respectivos vencimentos e, até 30 de junho de 2018, foram pagos R\$174,2 milhões de juros remuneratórios.

A partir de 2014, ao final de cada exercício, a Companhia tem como compromisso



contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 30 de junho de 2018 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação.

#### **24.2. 1ª Debêntures – Celesc G**

Em 03 de março 2016 ocorreu a primeira emissão de Debêntures da Celesc G. O valor total da emissão foi de R\$150 milhões em uma única série, constituída por 15 mil Debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada no dia 01 de março de 2018, foi aprovada a alteração da data de vencimento das debêntures da Celesc G de 03 de março de 2018 para 01 de junho de 2018.

Os juros remuneratórios para o período de 03 de março de 2018 (inclusive) até a nova data de vencimento (exclusive) foi de 100% da variação acumulada da Taxa DI Over, acrescida de uma sobretaxa ("Spread") de 2,5% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis. Adicionalmente, a Emissora pagou aos Debenturistas um prêmio no valor de R\$6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) por debênture.

Os juros pagos totalizam R\$44,4 milhões, sendo R\$6,3 milhões no primeiro semestre de 2018.

#### **24.3. 2ª Debêntures – Celesc G**

A Celesc G emitiu no dia 1º de junho de 2018 a 2ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, junto ao BB – Banco de Investimentos S.A.. A referida emissão tem como objeto a distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme; com valor total de emissão de R\$150 milhões, em série única; emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures, ao valor nominal unitário de R\$10 mil, sendo que o valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc G e garantia fidejussória é fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 1 de junho de 2023; com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 2,50% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de subscrição e integralização das Debêntures ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A amortização será a partir do 12º mês (inclusive), contados da data de emissão, em parcelas trimestrais e consecutivas, ressalvadas as hipóteses de

## Notas Expositivas


**Celesc**  
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

resgate antecipado facultativo, resgate antecipado das Debêntures em decorrência da indisponibilidade da Taxa DI, ou vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento previstos na Escritura de Emissão.

Semestralmente, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida.

### a) Movimentação das Debêntures:

Descrição	Consolidado	
	Total	
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>352.216</b>
Ingressos	147.509	
Atualização Monetária	13.043	
Pagamentos Encargos	(14.053)	
Pagamento Principal	(249.991)	
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	183	
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	451	
<b>Em 30 de junho de 2018</b>		<b>249.358</b>
<b>Circulante</b>		<b>110.101</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>139.257</b>

### b) Custos na Captação de Debêntures a Apropriar:

Descrição	30 de	31 de
	junho 2018	dezembro 2017
<b>Ano 2018:</b>		
1T/2018	-	362
2T/2018	-	91
3T/2018	214	91
4T/2018	214	91
<b>Ano 2019:</b>		
1T/2019	214	91
2T/2019	169	46
3T/2019	123	-
4T/2019	123	-
<b>Ano 2020 a 2023:</b>		
1T/2020 a 2T/2023	1.671	-
<b>Total</b>	<b>2.728</b>	<b>772</b>

### c) Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição	Controladora				
	31 de dezembro 2017	Pagamentos	Total das Variações no Fluxo de Financiamento	Variações não caixa	30 de junho 2018
Dividendos e JCP (i)	16.301	(7.654)	(7.654)	1.246	9.893
<b>Total</b>	<b>16.301</b>	<b>(7.654)</b>	<b>(7.654)</b>	<b>1.246</b>	<b>9.893</b>

Descrição	31 de dezembro 2017	Ingressos de Recursos	Pagamento Principal	Total das Variações Fluxo de Financiamento	Pagamento Juros (ii)	Variações não caixa (i)	Consolidado
							30 de junho 2018
Empréstimos e Financiamentos	130.466	300.000	(75.665)	224.335	(8.490)	9.468	355.779
Debêntures	352.216	147.509	(249.991)	(102.482)	(14.053)	13.677	249.358
Dividendos e JCP	16.301	-	(7.654)	(7.654)	-	1.246	9.893
<b>Total</b>	<b>498.983</b>	<b>447.509</b>	<b>(333.310)</b>	<b>114.199</b>	<b>(22.543)</b>	<b>24.391</b>	<b>615.030</b>

(i) Dividendos adicionais, transferidos para o passivo, no valor de R\$3.158, compensação de dividendos com o Governo do Estado de SC no valor de R\$1.806 e dividendos prescritos no valor de R\$106.

(ii) Os encargos provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$9.468. As Debêntures totalizaram R\$13.677, sendo R\$634 deste montante, referentes às custas com a repactuação de debêntures incorridas no segundo trimestre de 2018.

(iii) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

## 25. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Controladora	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
<b>Circulante</b>	<b>641</b>	<b>1.051</b>
Provisão de Férias e Encargos Sociais	372	674
Folha de pagamento Líquida	269	377
<b>Total</b>	<b>641</b>	<b>1.051</b>

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
<b>Circulante</b>	<b>176.938</b>	<b>200.623</b>
Provisão de Férias e Encargos Sociais	125.813	125.195
PDV 2012	-	11.713
PDI 2016	37.730	44.172
Consignações em Favor de Terceiros	4.885	10.207
Provisão PLR	7.993	8.611
Folha de pagamento Líquida	517	725
<b>Não Circulante</b>	<b>26.603</b>	<b>41.060</b>
PDI 2016	26.603	41.060
<b>Total</b>	<b>203.547</b>	<b>241.683</b>

### a) Programa de Demissão Voluntária – PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.



Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 30 de junho de 2018 a Celesc D havia quitado o débito com 753 beneficiários.

### b) Plano de Desligamento Incentivado – PDI

Por meio da Deliberação nº 15, de 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado em dezembro de 2016, com adesão e o desligamento de 62 empregados e um custo de cerca de R\$16 milhões. Os pagamentos das parcelas iniciaram em janeiro de 2017.

No PDI 2017 se desligaram, até dezembro de 2017, 122 empregados. Esta edição de 2017 seguiu com os desligamentos até o mês de junho de 2018, onde o total de saídas efetivadas chegou a 188 (6% do quadro efetivo atual). Custo total efetivado de R\$69,2 milhões.

A edição PDI 2018 conta com 653 empregados inscritos e com projeção de saída de 30% a 40% destes empregados até abril de 2019. Foi aprovada a execução orçamentária do PDI 2018 no montante de até R\$ 68,7 milhões.

Este programa faz parte da estratégia da Celesc D para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores com vistas à agregação de valor aos acionistas.

## 26. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
Programa de Eficiência Energética – PEE	179.529	160.699
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	19.495	19.498
Encargo Conta Bandeiras	29.858	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	98.325	90.615
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (i)	2.304.053	2.562.138
Uso do Bem Público	44	174
Outros (ii)	1.092	1.101
<b>Total</b>	<b>2.632.396</b>	<b>2.834.225</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.485.493</b>	<b>2.677.615</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>146.903</b>	<b>156.610</b>

(i) A ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias nº 2.202 de 07 de fevereiro de 2017, nº 2.231 de 25 de abril de 2017 e nº 2.368 de 09 de fevereiro de 2018, homologando as cotas de CDE Uso, CDE Energia e CDE Energia (CONTA-ACR), conforme demonstrado a seguir:

	<b>CDE Energia (CONTA-ACR)</b>	<b>CDE USO</b>	<b>CDE ENERGIA</b>
De abril de 2017 a março de 2018	26.541	-	-
De abril de 2018 a março de 2020	34.561	-	-
De janeiro de 2018	-	43.557	-
De fevereiro de 2018 - 1ª Parcela	-	60.233	-
De fevereiro de 2018 - 2ª Parcela	-	33.819	-
De março a dezembro de 2018	-	60.233	-
De agosto de 2017 a julho de 2018	-	-	22.489

O Conselho de Administração autorizou a assinatura do Termo de Parcelamento de Débitos com o Fundo Social da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) entre a Celesc D e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), cujo saldo devedor em 30 de junho de 2017, reflexo do encontro de contas de valores devidos e créditos a receber, era de R\$1.164.387. Em 30 de junho de 2018 esse saldo passou a ser de R\$750.741.

Os ativos e passivos referentes ao parcelamento da CDE estão demonstrados a seguir:

<b>Parcelamento CDE</b>	<b>30 de junho de 2018</b>
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	1.457.680
Programa Baixa Renda	38.673
CDE a pagar	(2.247.094)
<b>Total</b>	<b>(750.741)</b>

A parcela incontroversa da atualização monetária dos saldos a receber e a pagar definidos no Termo de Parcelamento gerou em 30 de junho de 2017, respectivamente, uma receita financeira de R\$9.433 e uma despesa financeira de R\$179.481, resultando um valor líquido negativo de R\$170.048. No exercício de 2017 o resultado financeiro líquido foi de R\$213.608 e no 2º Trimestre 2018 foi de R\$26.751.

O saldo devedor está sendo pago em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e consecutivas, no valor de R\$38.877, com juros equivalentes à taxa Selic. O primeiro vencimento foi definido para o dia 26 de julho de 2017 e os demais para o dia 10 dos meses subsequentes, Até 30 de junho de 2018 a Celesc D pagou R\$483.957, sendo R\$466.528 de principal e R\$17.429 de juros.

(ii) A conta outros é composta pelas taxas de Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos – CFURH, Taxa de Fiscalização do Sistema de Energia Elétrica – TFSEE.

## 27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:



### a) Contingências Prováveis

Descrição	Depósitos Judiciais		Controladora	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
<b>Contingências:</b>				
Tributária	2.117	2.117	1.263	1.263
Trabalhistas	2.119	1.619	41	41
Cíveis	5.858	5.705	91	21
Regulatórias	8.182	8.182	5.174	5.174
	<b>18.276</b>	<b>17.623</b>	<b>6.569</b>	<b>6.499</b>

Descrição	Depósitos Judiciais		Consolidado	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
<b>Contingências:</b>				
Tributárias (i)	3.745	3.745	64.307	59.791
Trabalhistas (ii)	53.147	49.111	66.907	64.095
Cíveis (iii)	79.455	59.326	156.658	134.191
Regulatórias (iv)	49.248	49.248	361.866	358.700
Ambientais (v)	-	-	2.083	2.157
	<b>185.595</b>	<b>161.430</b>	<b>651.821</b>	<b>618.934</b>

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>17.623</b>	<b>6.499</b>	<b>161.430</b>	<b>618.934</b>
Constituição	914	70	49.304	35.572
Atualização Financeira	-	-	-	7.676
Baixas	(261)	-	(25.139)	(10.361)
<b>Em 30 de junho de 2018</b>	<b>18.276</b>	<b>6.569</b>	<b>185.595</b>	<b>651.821</b>

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

#### i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária nas esferas federal (relativos aos tributos PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS).

## ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

## iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, resarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Concessionária de Energia Elétrica: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro), concurso público, dentre outras.

## iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

A mais expressiva contingência regulatória se refere à subcontratação de energia em 2014, cujos impactos financeiros não foram incluídos pela ANEEL na Revisão Tarifária da Celesc D, ocorrida em agosto de 2016, diante de medida judicial ajuizada pela empresa.

A Companhia, objetivando preservar seus direitos, ingressou com Demanda Judicial junto a Justiça Federal do Distrito Federal, com pedido liminar para que a decisão do órgão regulador constante do Despacho nº 2.078/2016 seja revista. Diante do pedido da Companhia, a juíza da 6ª Vara da Justiça Federal, deferiu o pedido de tutela de urgência, cautelarmente, para determinar a suspensão, até ulterior determinação do Juízo.

Sendo assim a Celesc D reconheceu no resultado de junho de 2016 o valor de R\$256.601, sendo R\$225.029 como redutora da Receita Operacional Bruta e R\$31.572 como Despesa Financeira, tendo como contrapartida a conta patrimonial Passivo Financeiro (Circulante), proveniente da diferença apurada pelo órgão regulador.

A juíza titular do processo que discute a exposição contratual de 2014, após apreciar a manifestação da ANEEL quanto aos argumentos apresentados pela Celesc D, decidiu por

## Notas Expositivas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

manter a liminar anteriormente concedida. Recentemente foi proferida sentença de mérito, que ainda se encontra pendente de publicação. Sequencialmente, a Celesc D ingressará com os recursos necessários a fim de manter a liminar deferida e a discussão meritória da ação.

### v) Contingências Ambientais

Tratam-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc.

### b) Contingências Possíveis

O Grupo também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
Tributárias (i)	4.361	4.361
Trabalhistas (ii)	14.311	34.269
Cíveis (iii)	138.523	121.441
Regulatórias (iv)	145.560	110.301
Ambientais (v)	47.247	47.359
	<b>350.002</b>	<b>317.731</b>

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

#### i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

#### ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

#### iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

#### iv) Contingências Regulatórias


**Notas Expositivas**  
**Celesc**  
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

#### v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

### 28. PASSIVO ATUARIAL

Obrigações Registradas	Consolidado	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
<b>Planos Previdenciários</b>	<b>1.137.269</b>	<b>1.179.848</b>
Plano Misto/Transitório (a)	1.137.269	1.179.848
<b>Outros Benefícios a Empregados</b>	<b>689.955</b>	<b>698.130</b>
Plano Celos Saúde (b)	643.595	652.231
Outros Benefícios (c)	46.360	45.899
<b>Total</b>	<b>1.827.224</b>	<b>1.877.978</b>
<b>Circulante</b>	<b>138.323</b>	<b>139.305</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.688.901</b>	<b>1.738.673</b>

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

#### a) Planos Previdenciários

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Do total reconhecido, R\$461,0 milhões refere-se à dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualizado pelo IPCA, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Celos, a Celesc D registrou a partir de 2015 a atualização monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

### b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

### c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou accidental e benefício mínimo ao aposentado.

## 28.1. Resultados da Avaliação Atuarial

### a) Reconciliação do Valor Presente das Obrigações

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
<b>Saldo 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.711.178</b>	<b>743.566</b>	<b>656.189</b>	<b>8.508</b>	<b>39.836</b>
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	5.704	-	(45.933)	-	-
Juros sobre Obrigações Atuariais	189.060	79.955	70.672	1.931	4.599
Benefícios Pagos no ano	(138.557)	(92.088)	(68.328)	(235)	(3.338)
Contribuições de Participante Vertida no ano	51.972	21.957	30.765	-	-
Obrigações Ganho/Perda	51.617	22.565	56.746	(1.489)	4.772
<b>Saldo 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.870.974</b>	<b>775.955</b>	<b>700.111</b>	<b>8.715</b>	<b>45.869</b>

### b) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
<b>Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>408.843</b>	<b>461.464</b>	<b>582.150</b>	<b>(40)</b>	<b>39.836</b>
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Cobertura	1.870.974	775.955	700.111	8.715	45.869
Benefícios Concedidos	1.668.910	775.955	583.440	235	45.412
Benefícios a Conceder	202.064	-	116.671	8.480	457
Valor Justo dos Ativos	(1.186.999)	(280.082)	(47.880)	(8.685)	-
<b>Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>683.975</b>	<b>495.873</b>	<b>652.231</b>	<b>30</b>	<b>45.869</b>

### c) Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.302.335</b>	<b>282.102</b>	<b>74.039</b>	<b>8.548</b>
Benefícios Pagos no Ano	(138.557)	(92.088)	(68.328)	(235)
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	51.972	21.957	30.765	-
Contribuições de Patrocinadora Vertidas no Ano	43.425	22.669	41.749	-
Juros sobre Ativo	145.537	30.620	7.980	968
Ganho/Perda sobre os Ativos	(217.713)	14.822	(38.325)	(596)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.186.999</b>	<b>280.082</b>	<b>47.880</b>	<b>8.685</b>

#### d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

<b>Descrição</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>30 de junho 2018</b>	<b>30 de junho 2017</b>
Plano Transitório	12.622	16.089
Plano Misto	2.408	17.404
PDVI 2012	-	1.809
Plano Médico	18.007	19.467
Outros	2.729	2.781
	<b>35.766</b>	<b>57.550</b>
Despesa Pessoal	14.807	35.083
Despesa Financeira	20.959	22.467
	<b>35.766</b>	<b>57.550</b>

#### e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>
Taxa nominal de desconto	Plano Transitório: 10,02% Plano Misto: 9,97% Plano Médico: 10,13%
Taxa Nominal Esperada de Retorno dos Ativos	Plano Transitório: 10,02% Plano Misto: 9,97% Plano Médico: 10,13%
Taxa nominal de Crescimento Salarial	7,55%
Taxa de Inflação Futura	4,50%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos (HCCTR)	3,75%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos por Faixa Etária ( <i>aging factor</i> )	2,50%
Taxa de Rotatividade	Experiência Celos
Taxa Real de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	NULA
Indexador de Reajuste de Salários/Benefícios	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários/Benefícios	98,00%

#### f) Hipóteses Biométricas

<b>Descrição</b>	<b>31 de dezembro 2017</b>
Mortalidade Geral	AT-2000 Male
Mortalidade de Inválidos	AT- 1983 Male
Entrada em Invalidez	Light Média

#### g) Despesa Estimada para o Exercício de 2018

A estimativa da despesa para o exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Despesa a ser Reconhecida em 2018</b>
Plano Transitório	25.244
Plano Misto	4.817
Plano Pecúlio	862
Plano Médico	36.015
Outros Benefícios	4.595
<b>Total</b>	<b>71.533</b>

### **h) Movimentação do Passivo Atuarial**

<b>Descrição</b>	<b>Consolidado</b>			
	<b>Plano Misto / Transitório</b>	<b>Plano Celos Saúde</b>	<b>Outros Benefícios</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 dezembro de 2017</b>	<b>1.179.848</b>	<b>652.231</b>	<b>45.899</b>	<b>1.877.978</b>
Pagamento	(57.609)	(26.643)	(2.268)	(86.520)
Provisão	15.030	18.007	2.729	35.766
<b>Em 30 de junho de 2018</b>	<b>1.137.269</b>	<b>643.595</b>	<b>46.360</b>	<b>1.827.224</b>

### **28.2. Equacionamento de Déficit Relativo ao Plano Previdenciário**

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2018, aprovou o Plano de Equacionamento do déficit técnico no Plano Previdenciário Misto administrado pela Celos, mediante cobrança de contribuições extraordinárias dos Participantes Ativos, Assistidos e da Patrocinadora Celesc D o qual se dará da seguinte forma:

Plano Misto: do montante total de R\$363,0 milhões, valores de novembro de 2017, a Patrocinadora arcará com 50%, ou seja, R\$181,5 milhões, amortizado mensalmente a partir de março de 2018, pelo prazo de 16 (dezesseis) anos, atualizados pela meta atuarial (IPCA + 5,13% a.a.).

Cumpre salientar que referidos déficits já estão refletidos no total de obrigações registradas a título de Passivo Atuarial no Balanço Patrimonial da Celesc D, bem como nos custos reconhecidos mensalmente como Despesa Atuarial, de acordo com a Avaliação Atuarial Anual dos Benefícios a Empregados, elaborada por atuários independentes em atendimento a Deliberação CVM 695/2012 e CPC 33 (R1).

Ressalta-se ainda que referido Plano de Equacionamento, poderá ser revisto anualmente de acordo com os resultados apurados.

## **29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

### **a) Capital Social**

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

### **b) Ajuste de Avaliação Patrimonial**

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$(688.750) em 30 de junho de 2018 e R\$(687.109) em 31 de dezembro de 2017, no Patrimônio Líquido:

## Notas Expositivas



**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Ajuste de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
Custo Atribuído – Celesc G	15.988	17.629
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(704.738)	(704.738)
<b>Total</b>	<b>(688.750)</b>	<b>(687.109)</b>

O Custo Atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, em contrapartida ao Ativo Imobilizado.

A sua realização é registrada em contrapartida à conta Lucros Acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

### c) Lucro (Prejuízo) Diluído por Ação

O cálculo do Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído em 30 de junho de 2018 e de 2017 foi baseado no lucro (prejuízo) líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 30 de junho de 2018 e de 2017, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Neste período, não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão das Informações Trimestrais.

Nos períodos de 30 de junho de 2018 e de 2017 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerasse impacto diluidor no lucro (prejuízo) por ação.

### d) Composição do Lucro Básico e Diluído

	Controladora	
	30 de junho 2018	30 de junho 2017
<b>Média Ponderada de Ações (milhares):</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
<b>Lucro Básico e Diluído por Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$):</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	3.4302	0,0542
Ações Preferenciais Nominativas – PN	3.7732	0,0596
<b>Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$):</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	53.261	841
Ações Preferenciais Nominativas – PN	86.951	1.373
	<b>140.211</b>	<b>2.214</b>

### d) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.


**Notas Expositivas**  
**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

### 30. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 30 de junho de 2018, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado	
				Segurado (i)	
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	29.12.2017 a 31.12.2018	300.000	
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2018 à 14.05.2019	25.000	
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2017 a 08.08.2018	24.272	
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2017 a 08.08.2018	12.136	
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2017 a 08.08.2018	12.136	
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2017 a 08.08.2018	24.272	

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

### 31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos exercícios findos em 30 de junho de 2018 e 2017, são as seguintes:

30 de junho de 2018					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	-	3.682.409	71.948	(2.401)	3.751.956
Custo das Vendas	-	(3.238.691)	(20.531)	2.401	(3.256.821)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-</b>	<b>443.718</b>	<b>51.417</b>	<b>-</b>	<b>495.135</b>
Despesas com Vendas	-	(105.997)	(415)	-	(106.412)
Despesas Gerais e Administrativas	(13.775)	(129.455)	(5.950)	-	(149.180)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(1.055)	39.485	(119)	-	38.311
Resultado de Equivalência Patrimonial	154.373	-	453	(147.778)	7.048
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>139.543</b>	<b>247.751</b>	<b>45.386</b>	<b>(147.778)</b>	<b>284.902</b>
Receitas Financeiras	697	79.490	3.977	(2.106)	82.058
Despesas Financeiras	(29)	(127.882)	(7.076)	2.106	(132.881)
<b>Resultado Financeiro, líquido</b>	<b>668</b>	<b>(48.392)</b>	<b>(3.099)</b>	<b>-</b>	<b>(50.823)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL</b>	<b>140.211</b>	<b>199.359</b>	<b>42.287</b>	<b>(147.778)</b>	<b>234.079</b>
IRPJ e CSLL	-	(79.742)	(14.126)	-	(93.868)
<b>Lucro (Prejuízo) do Exercício</b>	<b>140.211</b>	<b>119.617</b>	<b>28.161</b>	<b>(147.778)</b>	<b>140.211</b>
Informações Suplementares					
<b>Total dos Ativos</b>	<b>1.987.091</b>	<b>8.251.069</b>	<b>648.091</b>		
<b>Total dos Passivos</b>	<b>18.772</b>	<b>7.089.610</b>	<b>196.376</b>		

**Notas Explicativas**


Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

30 de junho de 2017  
(Reapresentado)

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	-	3.113.249	72.405	(2.585)	<b>3.183.069</b>
Custo das Vendas	-	(2.732.234)	(20.990)	2.585	<b>(2.750.639)</b>
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-</b>	<b>381.015</b>	<b>51.415</b>	<b>-</b>	<b>432.430</b>
Despesas com Vendas	-	(106.431)	(2.282)	-	(108.713)
Despesas Gerais e Administrativas	(14.376)	(149.630)	(6.813)	-	(170.819)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(3.117)	30.825	(165)	-	27.543
Resultado de Equivalência Patrimonial	17.409	-	(644)	(11.295)	5.470
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>(84)</b>	<b>155.779</b>	<b>41.511</b>	<b>(11.295)</b>	<b>185.911</b>
Receitas Financeiras	2.327	168.272	4.398	(3.006)	171.991
Despesas Financeiras	(29)	(295.782)	(11.192)	3.006	(303.997)
<b>Resultado Financeiro, líquido</b>	<b>2.298</b>	<b>(127.510)</b>	<b>(6.794)</b>	<b>-</b>	<b>(132.006)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL</b>	<b>2.214</b>	<b>28.269</b>	<b>34.717</b>	<b>(11.295)</b>	<b>53.905</b>
IRPJ e CSLL	-	(39.659)	(12.032)	-	(51.691)
<b>Lucro (Prejuízo) do Exercício</b>	<b>2.214</b>	<b>(11.390)</b>	<b>22.685</b>	<b>(11.295)</b>	<b>2.214</b>
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	<b>2.081.900</b>	<b>8.226.989</b>	<b>598.701</b>		
Total dos Passivos	<b>12.967</b>	<b>6.926.583</b>	<b>187.467</b>		

### 31.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	30 de junho 2018	30 de junho 2017 (Reapresentado)
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	3.310.297	3.020.099
Suprimento de Energia Elétrica (a)	185.808	162.236
Disponibilização da Rede Elétrica (i)	1.572.383	1.469.881
Atualização VNR	2.328	927
Receita de Financeira (a)	22.574	18.111
Renda de Prestação de Serviços	1.243	1.166
Energia Elétrica de Curto Prazo	143.112	206.970
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	282.459	(44.438)
Outras Receitas Operacionais	6.735	6.182
Doações e Subvenções (ii)	382.221	271.693
Receita de Construção	196.689	192.038
	<b>6.105.849</b>	<b>5.304.865</b>
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>		
ICMS	(1.041.327)	(962.588)
PIS	(97.320)	(82.565)
COFINS	(448.262)	(380.302)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(696.215)	(571.455)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(17.861)	(15.026)
Programa Eficiência Energética – PEE	(17.456)	(14.647)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(3.450)	(3.446)
Comp. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos – CFURH	(516)	(479)
Outros Encargos (Bandeiras Tarifárias)	(31.486)	(91.288)
	<b>(2.353.893)</b>	<b>(2.121.796)</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>3.751.956</b>	<b>3.183.069</b>

(i) Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 605/2014, a Celesc D efetuou a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos de Fornecimento de Energia Elétrica para Disponibilidade da Rede Elétrica.

(ii) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao resarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13)



no segundo trimestre de 2018 foi de R\$360.618. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$9.788 e Fornecimento de Bandeiras CCRBT em R\$11.815.

### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de junho 2018	30 de junho 2017	30 de junho 2018	30 de junho 2017	30 de junho 2018	30 de junho 2017 (Reapresentado)
	2.305.464	2.244.686	2.994.773	2.959.086	1.808.198	1.667.234
Residencial	105.588	102.956	5.043.229	4.920.111	915.774	859.252
Industrial	267.480	258.907	2.184.259	2.117.327	1.137.259	1.050.095
Comercial	234.610	234.883	764.626	732.106	295.137	266.068
Rural	22.989	22.482	229.208	223.437	141.129	125.273
Poder Público	779	704	325.839	312.844	121.193	109.269
Iluminação Pública	3.321	3.226	182.337	176.948	93.662	84.600
Serviço Público						
Reclassificação da Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica – Consumidor Cativo	-	-	-	-	(1.202.055)	(1.141.692)
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>2.940.231</b>	<b>2.867.844</b>	<b>11.724.271</b>	<b>11.441.859</b>	<b>3.310.297</b>	<b>3.020.099</b>
Suprimento de Energia	94	101	1.191.847	1.152.370	185.808	162.236
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-	-	-	22.574	18.111
<b>Total</b>	<b>2.940.325</b>	<b>2.867.945</b>	<b>12.916.118</b>	<b>12.594.229</b>	<b>3.518.679</b>	<b>3.200.446</b>

Informações não revisadas

### 31.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	30 de junho de 2018				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	2.174.655	-	-	-	2.174.655
Encargos de uso da rede elétrica	495.272	-	-	-	495.272
Proinfa	79.053	-	-	-	79.053
Pessoal (b)	162.028	69.366	28.955	2.665	263.014
Administradores	-	4.660	-	-	4.660
Despesa Atuarial	-	14.807	-	-	14.807
Entidade de Previdência Privada (b)	9.422	3.437	1.413	-	14.272
Material	4051	2712	-	-	6763
Custo de Construção	196.689	-	-	-	196.689
Custos e Serviços de Terceiros	37.576	34.533	25.913	342	98.364
Depreciação e Amortização	93.949	11.904	-	985	106.838
Provisões Líquidas	-	-	19.952	25.211	45.163
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	130	130
Arrendamentos e Aluguéis	1.017	8.427	309	(56.329)	(46.576)
Outros Custos e Despesas (c)	3.109	(666)	29.870	(11.315)	20.998
	<b>3.256.821</b>	<b>149.180</b>	<b>106.412</b>	<b>(38.311)</b>	<b>3.474.102</b>



30 de junho de 2017  
(Reapresentado)

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.965.695	-	-	-	1.965.695
Encargos de uso da rede elétrica	201.267	-	-	-	201.267
Proinfa	73.422	-	-	-	73.422
Pessoal (b)	172.560	74.041	31.301	2.427	280.329
Administradores	-	4.926	-	-	4.926
Despesa Atuarial	-	35.083	-	-	35.083
Entidade de Previdência Privada (b)	9.129	3.252	1.469	-	13.850
Material	3.750	2.936	-	-	6.686
Custo de Construção	192.038	--	-	-	192.038
Custos e Serviços de Terceiros	35.572	29.161	24.930	228	89.891
Depreciação e Amortização	93.777	13.359	-	985	108.121
Provisões Líquidas	-	-	28.343	22.562	50.905
Arrendamentos e Aluguéis	1.075	7.256	219	(46.824)	(38.274)
Outros Custos e Despesas	11.505	9.956	22.451	(6.921)	36.991
	<b>2.759.790</b>	<b>179.970</b>	<b>108.713</b>	<b>(27.543)</b>	<b>3.020.930</b>

### a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	30 de junho 2018	GWh (i)	30 de junho 2017	GWh (i)
Açucareiro Zillo Lorenzetti S. A	6.283	33	7.515	33
Aliança Geração de Energia S.A.	26.922	143	16.098	100
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	378.996	1.868	336.015	1.837
Tractebel Energia S.A.	146.603	674	141.886	676
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	23.467	137	27.963	137
Petrobras S.A. – Ute Governador Leon	168.395	903	175.668	903
Companhia Energética de Petrolina – CEP	18.061	99	18.430	99
Serra do Facão Energia S.A.	10.351	48	10.146	48
Furnas Centrais Elétricas S.A.	57.965	528	59.240	553
Cemig Geração e Transmissão S.A.	85.797	523	82.589	585
Companhia Energética Potiguar	9.904	66	-	-
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	6.266	78	7.234	92
Companhia Energética de São Paulo – CESP	31.157	149	29.994	149
UHE São Simão Energia S.A.	20.168	46	-	-
Energética Suape II S.A.	22.425	101	28.408	101
Eletrobras Termoanuclear S.A.	79.629	349	73.059	349
Porto do Pecem Geração de Energia	69.211	234	51.264	234
Lages Bioenergética Ltda.	-	-	12.590	48
Foz do Chapecó Energia AS	22.037	103	21.592	103
Companhia Energética Estreito	21.041	102	20.599	102
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia	20.115	120	16.280	120
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	5.491	26	5.380	26
Companhia Energética Jaguara	4.909	33	-	-
Linhares Geração S.A.	5.892	16	7.114	16
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	4.292	19	4.862	19
Rio PCHI S.A.	5.799	27	5.681	27
Rio Paraná Energia S.A	37.146	250	30.260	233
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	5.280	26	5.175	26
Empresa Energética Porto das Pedras	5.552	26	5.411	26
Companhia Energética Jaguara	4.909	33	-	-
Empresa de Energia Cachoeira Caldeira	4.677	39	-	-
ECE Participações SA	4.349	32	-	-
ENEL Greem Power Mourão SA	4.339	23	-	-
Santa Fé Energia SA	4.232	20	-	-
SJC Bionergia Ltda	4.218	18	-	-
Energest SA	4.148	21	-	-
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	7.451	48	10.605	89
Norte Energia S/A	68.962	642	40.894	557
Cia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf	21.541	696	19.339	681
Santo Antônio Energia S.A.	45.690	356	83.035	665
Outros	86.696	1.006	116.189	891
	<b>1.555.457</b>	<b>9.628</b>	<b>1.470.515</b>	<b>9.525</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda – CP	619.198	(204)	495.180	(143)
Encargo de Uso da Rede Elétrica	495.272	-	201.267	-
Proinfa	79.053	179	73.422	183
	<b>1.193.523</b>	<b>(25)</b>	<b>769.869</b>	<b>40</b>
	<b>2.748.980</b>	<b>154</b>	<b>2.240.384</b>	<b>9.565</b>

(i) Informações não revisadas

### b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2018	30 de junho 2017	30 de junho 2018	30 de junho 2017
<b>Pessoal</b>				
Remunerações	6.369	6.943	144.301	149.573
Encargos Sociais	137	143	42.351	56.970
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	16.157	20.127
Benefícios Assistenciais	-	-	18.853	18.797
Provisãoes e Indenizações	38	15	41.302	34.679
Outros	30	38	50	183
<b>Entidade de Previdência Privada</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>14.272</b>	<b>13.850</b>
	<b>6.582</b>	<b>7.139</b>	<b>277.286</b>	<b>294.179</b>

### c) Recuperação de Custos

Em 12 de dezembro de 2017, a ANEEL por meio do Despacho nº 4.171/2017, determinou que a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. – Eletrosul devolva à Celesc D, os valores referentes à remuneração dos investimentos associados às instalações de transmissão necessárias ao atendimento do consumidor Arcelormittal, recebidos em duplicidade pela transmissora.

Em breve contextualização, a conexão do consumidor Arcelormittal, à época de sua instalação em Santa Catarina, se deu em 230kV, configurando-se como “Demais Instalações de Transmissão – DIT”, obra esta contratada pela Celesc D junto a Eletrosul para viabilizar o atendimento nessas características. Para o pagamento dessa contratação, restou celebrado contratualmente entre as empresas o prazo de 5 anos para o pagamento das instalações pela Celesc D, ficando esta com um recebível regulatório por 30 anos.

A Eletrosul optou pela prorrogação antecipada de sua concessão de transmissão, havendo a indenização referente aos ativos não depreciados ou não amortizados, na forma da Lei nº 12.783/2013 e seus regulamentos, aí incluídas as instalações dedicadas ao consumidor Arcelormittal.

O valor estabelecido pela ANEEL, no total de R\$46.319 mil, atualizado pelo IPCA acumulado de outubro de 2012 a novembro de 2017, e acrescido de juros remuneratórios de 5,59% real ao ano, a partir de janeiro de 2013, foi contabilizado da seguinte forma: principal de R\$25.768 mil como recuperação de custos no grupo de custo de energia, considerando que a Celesc D contabilizou, à época, como custo efetuando os devidos recolhimentos de encargo setorial. O saldo restante foi reconhecido como receita financeira. Atualmente seguem tratativas a pedido da Eletrosul para o parcelamento do crédito.

Após trâmite regulatório e os termos do acordo de pagamento firmados com a Eletrosul, restou formalizado entre as empresas Termo de Confissão de Dívida, sendo definido o pagamento pela Eletrosul de R\$9.573 mil em 20 de julho de 2018, seguidos de 11 parcelas mensais e sucessivas, equivalentes a 2% do valor devido, cada uma, finalizando com mais 12 parcelas mensais e sucessivas equivalentes a 4,83% do saldo devido, com eventuais ajustes na parcela final.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

### 31.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2018	30 de junho 2017	30 de junho 2018	30 de junho 2017
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de Aplicações Financeiras	681	825	9.506	51.375
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	44.829	58.140
Variações Monetárias	-	-	10.142	7.900
Atualização monetária s/ Ativos Regulatórios	-	-	17.011	38.291
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-		1.200
Deságio Fornecedor	-	-	77	134
Desvalorização Cambial s/ Energia Comprada	-	-	1.460	7.497
Atualização CDE	-	-		9.433
Renda de Dividendos	-	1.327	-	1.327
Outras Receitas Financeiras	55	224	3.133	5.163
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(39)	(49)	(4.100)	(8.469)
	<b>697</b>	<b>2.327</b>	<b>82.058</b>	<b>171.991</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de Dívidas	-	-	(16.983)	(15.492)
Atualização Reserva Matemática a amortizar	-	-	(20.959)	(22.467)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	-	-	(2.565)	(433)
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(16.432)	(6.459)
Variações Monetárias	(3)	-	(561)	(358)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(7.782)	(13.155)
Atualização Monet. Ativo Financeiro	-	-	(19.723)	(25.261)
Atualização CDE	-	-	(26.751)	(179.481)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(13.677)	(27.571)
Outras Despesas Financeiras	(26)	(29)	(7.448)	(13.320)
	<b>(29)</b>	<b>(29)</b>	<b>(132.881)</b>	<b>(303.997)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>668</b>	<b>2.298</b>	<b>(50.823)</b>	<b>(132.006)</b>

## 32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D

### 32.1. Balanço Patrimonial

	Ativo	30 de junho	31 de dezembro
		2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>3.755.280</b>	<b>3.712.219</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	262.235	462.466	
Contas a Receber de Clientes	1.338.729	1.381.421	
Estoques	11.153	9.549	
Tributos a Recuperar	118.489	73.310	
Outros	2.024.674	1.785.473	
<b>Não Circulante</b>	<b>4.495.789</b>	<b>4.401.945</b>	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Contas a Receber de Clientes	50.738	35.380	
Tributos Diferidos	637.849	641.806	
Tributos a Recuperar	25.922	18.217	
Depósitos Judiciais	166.977	143.465	
Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	364.631	394.934	
Outros	1.794	3.524	
INTANGÍVEL	3.247.878	3.164.619	
<b>Total do Ativo</b>	<b>8.251.069</b>	<b>8.114.164</b>	


**Notas Expositivas**  
**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Passivo	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
<b>Circulante</b>	<b>4.527.060</b>	<b>4.349.039</b>
Fornecedores	883.476	828.637
Empréstimos e Financiamentos	324.354	88.057
Debêntures	100.681	101.648
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	176.350	199.630
Tributos a Recolher	244.292	189.463
Dividendos Propostos	3.959	7.919
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras	107.560	45.454
Taxas Regulamentares	2.485.239	2.677.229
Partes Relacionadas	13.729	19.732
Passivo Atuarial	138.270	139.247
Passivo Financeiro – Parcela A	-	4.638
Outros	49.150	47.385
<b>Não Circulante</b>	<b>2.562.550</b>	<b>2.712.206</b>
Empréstimos e Financiamentos	31.425	42.409
Debêntures	-	99.883
Taxas Regulamentares	144.648	154.583
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	26.603	41.060
Passivo Atuarial	1.688.901	1.738.673
Provisão para Contingências	644.250	611.433
Passivo Financeiro – Parcela A	24.247	21.689
Outros	2.476	2.476
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.161.459</b>	<b>1.052.919</b>
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	812.607	704.067
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(704.738)	(704.738)
<b>Total do Passivo</b>	<b>8.251.069</b>	<b>8.114.164</b>

### 32.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de junho 2018	30 de junho 2017 (Reapresentado)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>3.682.409</b>	<b>3.113.249</b>
Receita de Serviço de Energia Elétrica	3.485.720	2.921.211
Receita de Construção	196.689	192.038
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(3.238.691)</b>	<b>(2.732.234)</b>
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(3.042.002)	(2.540.196)
Custo de Construção	(196.689)	(192.038)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>443.718</b>	<b>381.015</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(195.967)</b>	<b>(225.236)</b>
Despesas com Vendas	(105.997)	(106.431)
Despesas Gerais e Administrativas	(129.455)	(149.630)
Outras Despesas Operacionais	39.485	30.825
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>247.751</b>	<b>155.779</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(48.392)</b>	<b>(127.510)</b>
Receitas Financeiras	79.490	168.272
Despesas Financeiras	(127.882)	(295.782)
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>199.359</b>	<b>28.269</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(79.742)</b>	<b>(39.659)</b>
Diferido	(70.078)	(39.659)
Corrente	(9.664)	-
<b>Lucro (Prejuízo) do Exercício</b>	<b>119.617</b>	<b>(11.390)</b>

### 32.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de junho 2018	30 de junho 2017 (Reapresentado)
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	3.291.505	3.004.430
Suprimento de Energia Elétrica (a)	148.793	117.284
Ativos e Passivos Financeiros	282.459	(44.438)
Disponibilização da Rede Elétrica	1.573.548	1.471.024
Energia de Curto Prazo	143.112	206.970
Doações e Subvenções	382.221	271.693
Receita de Construção	196.689	192.038
Atualização Ativo Financeiro – VNR	2.328	927
Outras Receitas Operacionais	7.979	7.348
	<b>6.028.634</b>	<b>5.227.276</b>
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>		
ICMS	(1.041.327)	(962.588)
PIS	(96.140)	(81.365)
COFINS	(442.827)	(374.774)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(696.215)	(571.455)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(17.456)	(14.647)
Programa Eficiência Energética – PEE	(17.456)	(14.647)
Taxa de Fiscalização	(3.318)	(3.263)
Outros Encargos	(31.486)	(91.288)
	<b>(2.346.225)</b>	<b>(2.114.027)</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>3.682.409</b>	<b>3.113.249</b>

#### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de junho 2018	30 de junho 2017	30 de junho 2018	30 de junho 2017	30 de junho 2018	30 de junho 2017
Residencial	2.305.464	2.244.686	2.994.773	2.959.086	1.808.197	1.667.234
Industrial	105.579	102.943	4.971.295	4.833.724	900.924	843.583
Comercial	267.479	258.907	2.157.219	2.117.327	1.133.318	1.050.095
Rural	234.610	234.883	764.626	732.106	295.137	266.068
Poder Público	22.989	22.482	229.208	223.437	141.129	125.273
Iluminação Pública	779	704	325.839	312.844	121.193	109.269
Serviço Público	3.321	3.226	182.337	176.948	93.662	84.600
Reclassificação da Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica - Consumidor Cativo	-	-	-	-	(1.202.055)	(1.141.692)
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>2.940.221</b>	<b>2.867.831</b>	<b>11.625.297</b>	<b>11.355.472</b>	<b>3.291.505</b>	<b>3.004.430</b>
Suprimento de Energia	49	49	930.431	904.150	148.793	117.284
<b>Total</b>	<b>2.940.270</b>	<b>2.867.880</b>	<b>12.555.728</b>	<b>12.259.622</b>	<b>3.440.298</b>	<b>3.121.714</b>

(i) Informações não revisadas



### 32.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de junho de 2018				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.737.754	-	-	-	2.737.754
Pessoal	160.287	58.814	28.680	2.665	250.446
Despesa Atuarial	-	14.807	-	-	14.807
Entidade Previdência Privada	9.422	3.429	1.413	-	14.264
Material	3.817	2.686	-	-	6.503
Custo de Construção	196.689	-	-	-	196.689
Custos e Serviços de Terceiros	34.845	31.322	25.642	342	92.151
Depreciação e Amortização	91.556	11.440	-	-	102.996
Provisões Líquidas	-	-	20.117	25.141	45.258
Outros Custos e Despesas	4.321	6.957	30.145	(67.633)	(26.210)
	<b>3.238.691</b>	<b>129.455</b>	<b>105.997</b>	<b>(39.485)</b>	<b>3.434.658</b>

Descrição	30 de junho de 2017 (Reapresentado)				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.234.217	-	-	-	2.234.217
Pessoal	169.784	62.254	31.165	2.427	265.630
Despesa Atuarial	-	35.083	-	-	35.083
Entidade Previdência Privada	9.129	3.252	1.469	-	13.850
Material	3.664	2.903	-	-	6.567
Custo de Construção	192.038	-	-	-	192.038
Custos e Serviços de Terceiros	33.087	26.650	24.680	228	84.645
Depreciação e Amortização	86.631	12.640	-	-	99.271
Provisões Líquidas	-	-	26.487	20.370	46.857
Outros Custos e Despesas	3.684	6.848	22.630	(53.850)	(20.688)
	<b>2.732.234</b>	<b>149.630</b>	<b>106.431</b>	<b>(30.825)</b>	<b>2.957.470</b>

## 33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G

### 33.1. Balanço Patrimonial

	Ativo	30 de junho 2018		31 de dezembro 2017	
<b>Circulante</b>		<b>73.604</b>		<b>126.612</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		21.047		77.080	
Contas a Receber de Clientes		16.820		18.358	
Estoques		157		183	
Tributos a Recuperar		4.225		466	
Ativo Financeiro		31.303		30.277	
Outros		52		248	
<b>Não Circulante</b>		<b>574.487</b>		<b>497.993</b>	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Tributos a Recuperar		1.401		1.223	
Depósitos Judiciais		342		342	
Partes Relacionadas		108.048		45.942	
Ativo Financeiro		247.527		241.886	
Outros		2.421		2.421	
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>59.069</b>		<b>51.058</b>	
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>152.582</b>		<b>151.631</b>	
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>3.097</b>		<b>3.490</b>	
<b>Total do Ativo</b>		<b>648.091</b>		<b>624.605</b>	

Passivo	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
<b>Circulante</b>	<b>40.739</b>	<b>186.083</b>
Fornecedores	3.580	2.931
Debêntures	9.420	150.685
Tributos a Recolher	12.451	19.283
Taxas Regulamentares	254	386
Partes Relacionadas	1.010	1.103
Dividendos Propostos	13.954	11.628
Outros	70	67
<b>Não Circulante</b>	<b>155.637</b>	<b>12.642</b>
Tributos Diferidos	13.123	9.613
Debêntures	139.257	
Provisão para Contingências	1.002	1.002
Taxas Regulamentares	2.255	2.027
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>451.715</b>	<b>425.880</b>
Capital Social Realizado	250.000	250.000
Reservas de Lucro	155.925	158.251
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15.988	17.629
Lucros (Prejuízos) Acumulados	29.802	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>648.091</b>	<b>624.605</b>

### 33.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de junho 2018	30 de junho 2017
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>71.948</b>	<b>72.405</b>
Receitas de Vendas e Serviços	71.948	72.405
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(20.531)</b>	<b>(20.990)</b>
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(20.531)	(20.990)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>51.417</b>	<b>51.415</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(6.031)</b>	<b>(9.904)</b>
Despesas com Vendas	(415)	(2.282)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.950)	(6.813)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	(119)	(165)
Resultado da Equivalência Patrimonial	453	(644)
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>45.386</b>	<b>41.511</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(3.099)</b>	<b>(6.794)</b>
Receitas Financeiras	3.977	4.398
Despesas Financeiras	(7.076)	(11.192)
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>42.287</b>	<b>34.717</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(14.126)</b>	<b>(12.032)</b>
Corrente	(10.616)	(11.766)
Diferido	(3.510)	(266)
<b>Lucro (Prejuízo) do Exercício</b>	<b>28.161</b>	<b>22.685</b>

### 33.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de junho 2018	30 de junho 2017
<b>Receita Operacional Bruta – ROB (i)</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Industrial	14.850	15.669
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Comercial	3.941	-
Suprimento de Energia Elétrica (a)	33.766	37.587
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	4.485	8.807
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	22.574	18.111
	<b>79.616</b>	<b>80.174</b>
<b>Deduções da Receita Operacional</b>		
PIS	(1.180)	(1.200)
COFINS	(5.435)	(5.528)
Taxa Fiscalização ANEEL - TFSEE	(132)	(183)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(405)	(379)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(516)	(479)
	<b>(7.668)</b>	<b>(7.769)</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>71.948</b>	<b>72.405</b>

(i) Por meio da Resolução Homologatória nº 2.265/2017, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, licitadas no Leilão nº 12/2015. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e cobradas mensalmente, são:

Usina	Concessionária	RAG		Receita Mensal	
		Ciclo 2017/2018	Julho/2017 a Junho/2018		
UHE Garcia	Celesc G	9.428		786	
UHE Bracinho	Celesc G	12.199		1.017	
UHE Cedros	Celesc G	8.924		744	
UHE Palmeiras	Celesc G	18.659		1.555	
UHE Salto	Celesc G	6.341		528	

#### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de junho 2018	30 de junho 2017	30 de junho 2018	30 de junho 2017	30 de junho 2018	30 de junho 2017
<b>Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica</b>						
Industrial	9	13	71.934	86.387	14.850	15.669
Comercial, Serviços e Outros	1	-	27.040	-	3.941	-
Suprimento de Energia	45	52	246.077	217.599	33.766	37.587
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	15.338	30.621	4.485	8.807
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	22.574	18.111
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>65</b>	<b>360.390</b>	<b>334.607</b>	<b>79.616</b>	<b>80.174</b>

(i) Informações não revisadas.

### 33.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de junho de 2018				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	12.462	-	-	-	12.462
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.165	-	-	-	1.165
Pessoal	1.741	3.978	275	-	5.994
Material	234	26	-	-	260
Custos e Serviços de Terceiros	2.731	1.157	271	-	4.159
Depreciação e Amortização	2.393	462	-	-	2.855
Seguros	150	-	-	-	150
Provisões Líquidas	-	-	(165)	-	(165)
Tributos	(185)	168	34	-	17
Aluguéis	-	148	-	-	148
Doações	-	-	-	130	130
Outros Custos e Despesas	(160)	11	-	(11)	(160)
	<b>20.531</b>	<b>5.950</b>	<b>415</b>	<b>119</b>	<b>27.015</b>

Descrição	30 de junho de 2017				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	7.609	-	-	-	7.609
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.143	-	-	-	1.143
Pessoal	2.776	4.648	136	-	7.560
Material	86	33	-	-	119
Custos e Serviços de Terceiros	2.485	939	250	-	3.674
Depreciação e Amortização	7.146	716	-	-	7.862
Seguros	150	151	-	-	301
Provisões Líquidas	-	-	1.856	60	1.916
Tributos	(151)	96	40	-	287
Aluguéis	-	145	-	-	145
Outros Custos e Despesas	(254)	85	-	105	444
	<b>20.990</b>	<b>6.813</b>	<b>2.282</b>	<b>165</b>	<b>31.060</b>

### 34. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### 34.1. Reajuste Tarifário Anual – Celesc D

A ANEEL, no âmbito da Reunião Pública de Diretoria realizada em 13 de agosto de 2018, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela sua subsidiária integral Celesc D a partir de 22 de agosto de 2018. Ao calcular o reajuste, conforme estabelecido no contrato de concessão, a ANEEL considera a variação de custos associados à prestação do serviço, e leva em conta a aquisição e a transmissão de energia elétrica, bem como os encargos setoriais.

O efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, da ordem de 13,86%, tem a participação de 4,77% de Encargos Setoriais, -1,42% de Custos com Transmissão, 5,08% com Despesas de Energia, 0,06% de Receitas Irrecuperáveis, 0,37% com os Custos da Distribuidora, 7,48% relativo aos Componentes Financeiros do processo atual, e -2,48% relativo à retirada dos Componentes Financeiros do processo ordinário anterior.



Na composição da Receita Líquida para o período 2018-2019, a Parcela A (custos não-gerenciáveis com encargos, transmissão e energia) participa com 81,4%. A Parcela B (custos gerenciáveis) representa 18,6%, definida no valor de R\$ 1.506.197.069,50.

### **34.2. Reajuste Anual da Receita Anual de Geração – RAG – Celesc G**

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.421 de 17 de julho de 2018, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

A RAG, definida no processo de revisão tarifária periódica, contempla:

- GAG - Custo da Gestão de Ativos de Geração;
- AjI - Ajuste de Indisponibilidade Apurada ou pelo Desempenho Apurado, conforme modalidade de operação definida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;
- EU - Encargo de Uso do Sistema de Distribuição ou Transmissão;
- EC - Encargo de Conexão de responsabilidade da concessionária para o ano seguinte;
- OE - Outros Encargos.

O Custo da Gestão dos Ativos de Geração - GAG comporta os custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização. Estes custos estão contemplados na forma de GAG para Custos Operacionais, GAG para Custos de Capital por Investimentos em Melhorias, GAG para Custos da Gestão de Ativos de Geração, decorrente de ampliações executadas nas usinas hidrelétricas e GAG para Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usina	Concessionária	RAG (R\$) Ciclo 2018/2019	Receita Mensal (R\$) Julho/2018 a Junho/2019
Pery	Celesc G	9.453.052,76	787.754,40
Garcia	Celesc G	9.757.843,83	813.153,65
Bracinho	Celesc G	12.667.306,99	1.055.608,92
Cedros	Celesc G	9.267.258,06	772.271,51
Palmeiras	Celesc G	19.354.682,55	1.612.890,21
Salto	Celesc G	6.585.086,76	548.757,23

### **34.3. Extinção da Concessão da UHE Cubatão**

Por meio da Portaria nº 310, de 27 de julho de 2018, o Ministro de Estado de Minas e Energia, extinguiu a concessão para o Aproveitamento de Energia Hidráulica denominado UHE Cubatão, cadastrado com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UHE.PH.SC.027062-8.01, com 45.000 kW de potência, localizado no Rio Cubatão,



Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, outorgada à Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.

Reconhece, ainda, não haver bens reversíveis vinculados à concessão, nem ônus de qualquer natureza ao Poder Concedente ou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

#### **34.4. 3<sup>a</sup> Debêntures – Celesc D**

A Celesc D emitiu no dia 13 de julho de 2018 a 3<sup>a</sup> emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de instituição intermediária líder e do Banco BOCOM BBM S.A. A referida emissão tem como objeto a distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme; com valor total de emissão de R\$250 milhões, em série única; emitidas 250.000 (duzentos e cinquenta mil) Debêntures, ao valor nominal unitário de R\$1 mil, sendo que o valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc D e a Celesc prestará fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 13 de julho de 2023; com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 1,9% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias uteis decorridos desde a data de subscrição e integralização das Debêntures ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A amortização será a partir do 18º mês, contados da data de emissão, em parcelas trimestrais e consecutivas, sempre no dia 13 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, sendo o primeiro pagamento devido em 13 de janeiro de 2020 e o último na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo, resgate antecipado das Debêntures em decorrência da indisponibilidade da Taxa DI, ou vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento previstos na Escritura de Emissão.

A partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida.

Os recursos oriundos desta captação ingressaram no caixa da Celesc D em 10 de agosto de 2018 e serão destinados ao reforço de caixa para gestão ordinária de seus negócios.

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

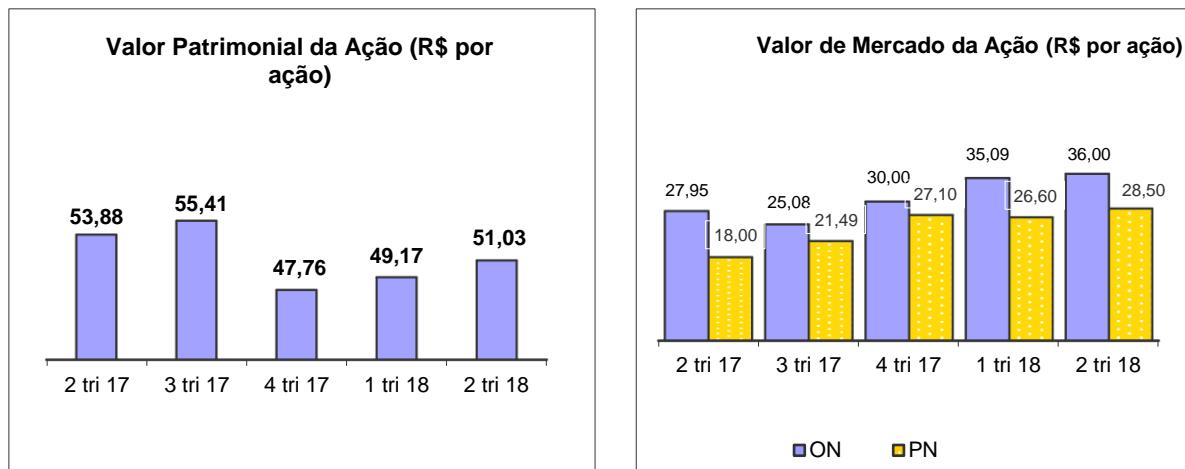


**Celesc**

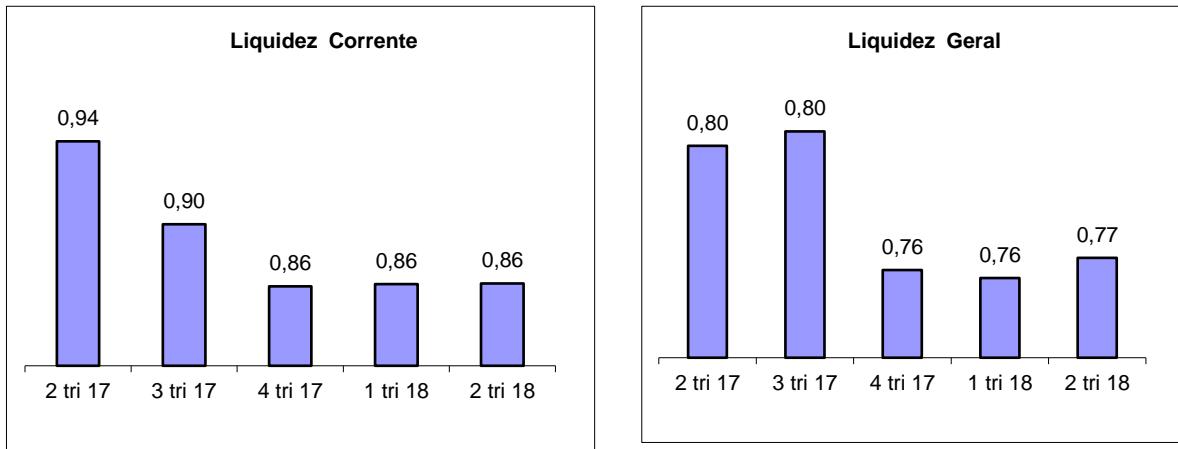
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

### 1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS

#### 1.1. Patrimoniais



#### 1.2. Liquidez



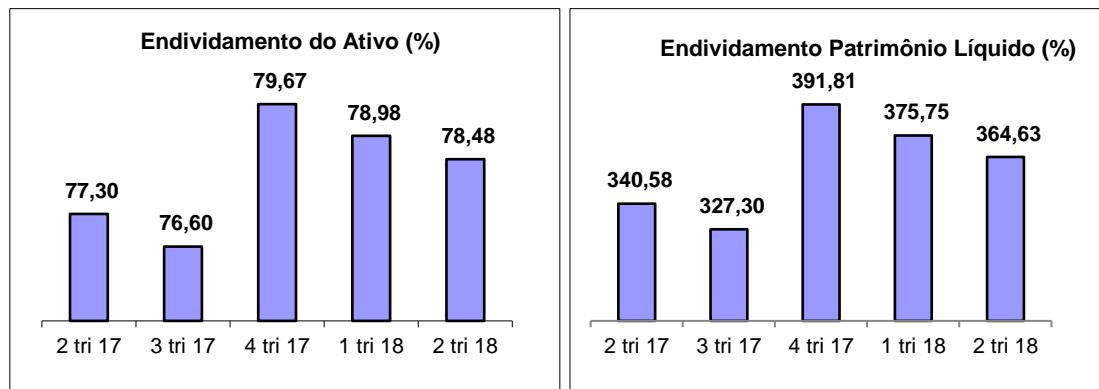
## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



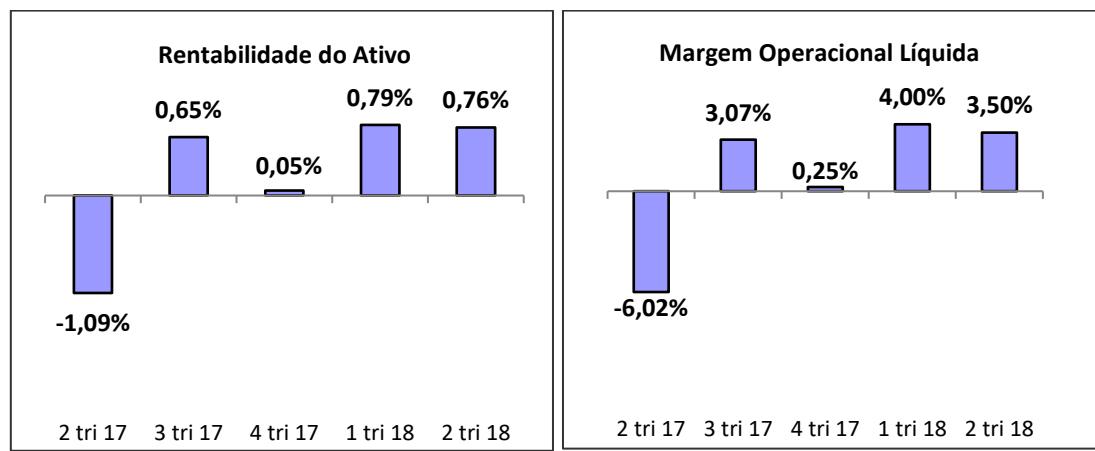
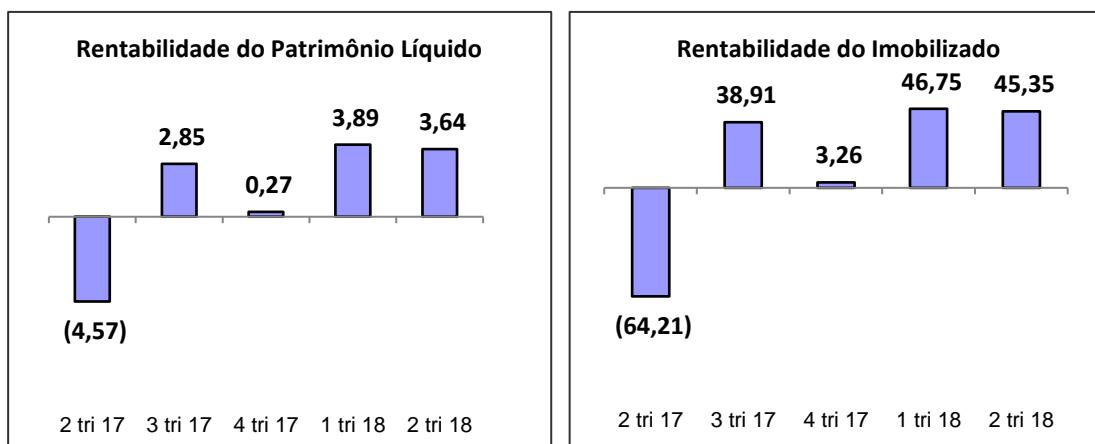
**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

### 1.3. Endividamento



### 1.4. Rentabilidade



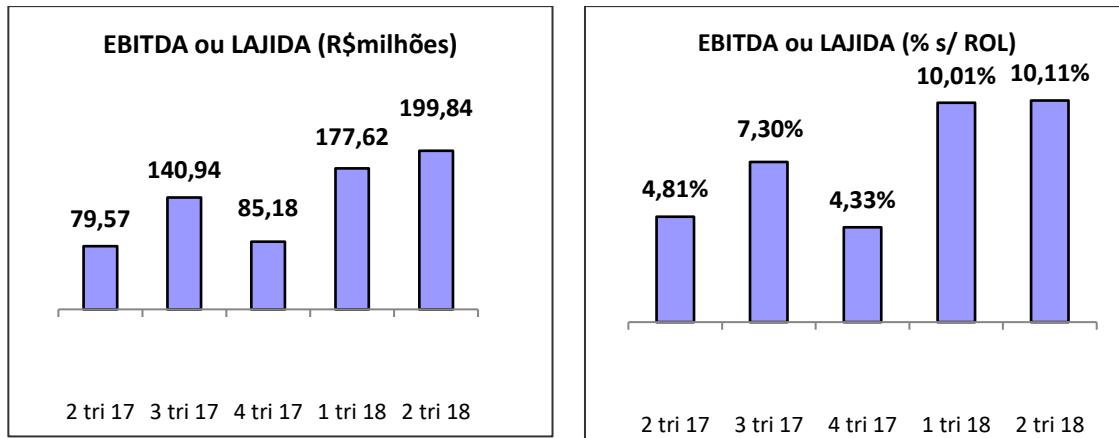
## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



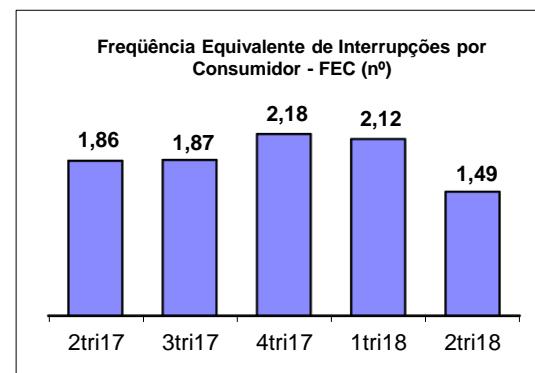
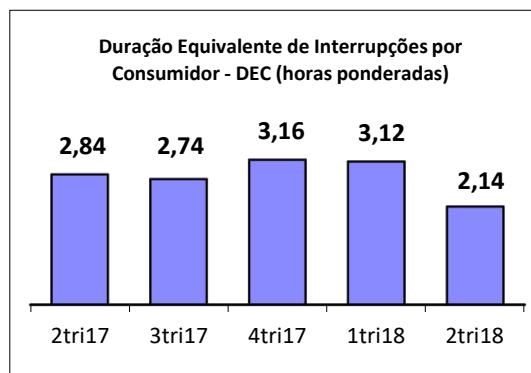
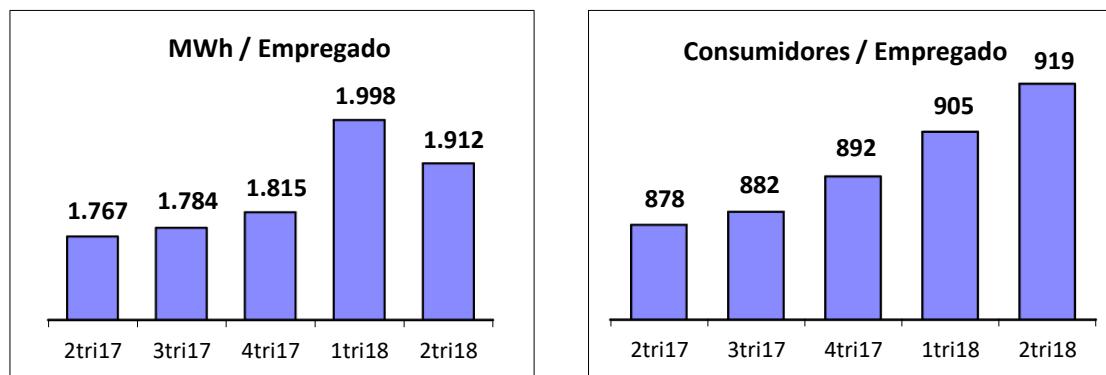
**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

### 1.5. EBITDA ou LAJIDA



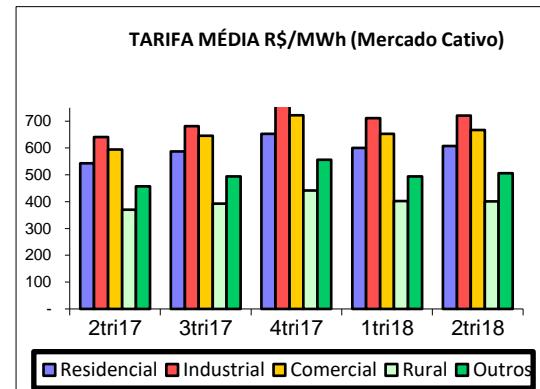
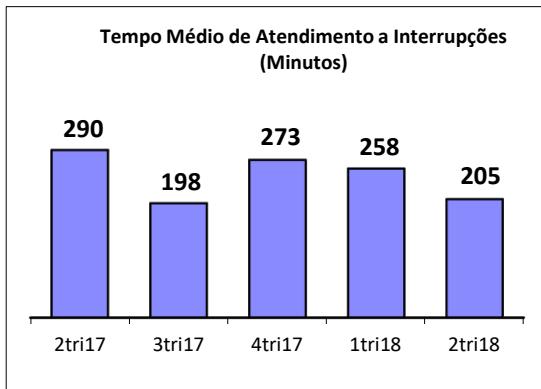
### 1.6. Eficiência



## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Auditória e revisão das cifras correspondentes ao exercício anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado e ao resultado abrangente dos períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do período de seis meses findo nessa data, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR dos períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 10 de agosto de 2017 e 29 de março de 2018, respectivamente, sem ressalvas.

Florianópolis, 14 de agosto de 2018

PricewaterhouseCoopers Marcos Roberto Sponchiado

Auditores Independentes Contador CRC 1SP175536/O-5

CRC 2SP000160/O-5

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Companhia, responsáveis por fazer elaborar as demonstrações financeiras nos termos da lei ou do estatuto social, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

---

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

---

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

---

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

---

Régis Evaloir da Silva

Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

---

Vítor Lopes Guimarães

Diretor de Distribuição

---

Adriano Lima Medeiros

Diretor de Gestão Corporativa

---

André Luiz de Castro Pereira

Diretor de Planejamento e Controle Interno

---

José Eduardo Evangelista

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

---

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia, responsáveis por fazer elaborar as demonstrações financeiras nos termos da lei ou do estatuto social, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial dos auditores independentes, da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sobre as demonstrações financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

---

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

---

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

---

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

---

Régis Evaloir da Silva

Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

---

Vítor Lopes Guimarães

Diretor de Distribuição

---

Adriano Lima Medeiros

Diretor de Gestão Corporativa

---

André Luiz de Castro Pereira

Diretor de Planejamento e Controle Interno

---

José Eduardo Evangelista

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

---

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8